

Biblioteca Breve

SÉRIE HISTÓRIA

A INFLUÊNCIA
DA CULTURA PORTUGUESA
EM MACAU

COMISSÃO CONSULTIVA

JOSÉ V. DE PINA MARTINS
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

RAFAEL ÁVILA DE AZEVEDO

A Influência
da Cultura Portuguesa
em Macau



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

**A Influência da Cultura Portuguesa
em Macau**

Biblioteca Breve / Volume 95

1.ª edição — 1984

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem
5000 exemplares

Coordenação geral
Beja Madeira

Orientação gráfica
Luís Correia

Distribuição comercial
Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão
Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio
de Veiga & Antunes, Lda.
Trav. da Oliveira à Estrela, 10.

Novembro de 1984

ÍNDICE

	Pág.
I / INTRODUÇÃO	7
II / O ENSINO DAS ORDENS RELIGIOSAS: A ACÇÃO DOS JESUÍTAS	10
III / O ENSINO DE OUTRAS ORDENS RELIGIOSAS: AGOSTINHOS, DOMINICANOS, FRANCISCANOS E CLARISTAS	19
IV / NOVOS CAMINHOS NA CULTURA PORTUGUESA	23
V / A PRESENÇA DE CAMÕES EM MACAU	30
VI / A LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU	34
VII / A LÍNGUA DE MACAU	38
VIII / O JORNALISMO EM MACAU	64
IX / OS ESCRITORES DO SÉCULO XIX.....	68
X / O ENSINO DAS CONGREGAÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX	72
XI / O APOSTOLADO DA INSTRUÇÃO	76

XII / A ACÇÃO CULTURAL DO LICEU DE MACAU	79
XIII / A ARQUITECTURA PORTUGUESA EM MACAU ..	82
XIV / MACAU E A LITERATURA PORTUGUESA NO SÉCULO XX	86
XV / A INFLUÊNCIA DA CULTURA PORTUGUESA NA ACTUALIDADE	98
NOTAS.....	104
ANTOLOGIA DE AUTORES MACAENSES E RESIDENTES EM MACAU.....	109
BIBLIOGRAFIA	127

I / INTRODUÇÃO

Os Portugueses, depois de várias aventuras pelos mares e pelas costas da China e, nomeadamente, da sua primeira fixação nas ilhas de Liampó (Nim Pó), solicitaram ao vice-rei e aos mandarins de Cantão que lhes fosse permitido estabelecerem-se numa pequena península, em que terminava a ilha de Shong-Sam. Nesta península erguia-se um templo budista, consagrado à deusa dos marinheiros, A-Má, que ainda hoje subsiste ¹. Segundo o sinólogo Gonzaga Gomes, de todos os templos chineses ainda existentes em Macau este é o mais interessante, quer sob o ponto de vista artístico, quer pelas lendas que lhe estão ligadas.

De acordo com a versão mais corrente e mais verosímil o nome de Macau seria derivado de *Má-Kóng* ou *Má-Kóng*, *Baía de Má* ou de *A-Má* ². De facto, a designação de Macau deve apenas ter sido atribuída à parte onde se encontra o pagode da Barra e, onde, conforme a tradição, desembarcaram os Portugueses. Ainda se acreditarmos nas narrativas que correm sobre a fundação de Macau, os Portugueses, nesta conjuntura, atacaram e destruíram um grande número de piratas desalojando-os da sua fortaleza na península. Além

disso, Macau servia de local de habitação a uma reduzida população que laborava nas marinhas e, porventura, a alguns pescadores e agricultores.

No ano de 1557, considerado como a data da chegada dos Portugueses, os mandarins e comerciantes de Macau obtiveram a sanção imperial para que se fixassem no pequeno território. Como sempre acontece nestas circunstâncias, os primeiros anos do estabelecimento dos Portugueses neste ponto da costa da China foram singularmente penosos. Começaram por construir cabanas de junco que, em breve, substituíram por casas de madeira, pedra e tijolo. Alguns anos depois, já se contavam na povoação novecentos portugueses, além de muitos chineses ³. Mas, pouco a pouco, Macau vai-se tornando um grande empório do comércio do Extremo-Oriente, entreposto de mercadorias que provinham e se destinavam à China, Japão, Filipinas e Formosa.

Como se sabe, o território de Macau é actualmente composto pela península do mesmo nome e pelas duas ilhas de Taipa e Coloane, numa superfície total de dezasseis quilómetros quadrados, menos um quilómetro quadrado do que a mais pequena das nossas ilhas atlânticas, o Corvo. Aquelas ilhas estão hoje integradas no território, ligadas por um aterro entre elas (1968). A Taipa, por sua vez, comunica com a península por uma ponte de 2,56 quilómetros de comprimento que, na sua parte mais elevada, permite a passagem da navegação (1974).

Pela sua longa separação da parte continental, a zona insular ainda mantém um carácter rural, se bem que ultimamente se comece a tornar um subúrbio de Macau. Vários empreendimentos urbanos e turísticos estão a ser

construídos ou planeados no que agora se pode chamar a orla da antiga península. Deve ainda assinalar-se que nesta área livre estão projectadas outras obras que vão contribuir para o desenvolvimento de Macau, como um porto de águas profundas na ilha de Coloane e um aeroporto no espaço que seria aterrado entre esta ilha e a Taipa.

II / O ENSINO DAS ORDENS RELIGIOSAS: A ACCÇÃO DOS JESUÍTAS

Os Jesuítas, com o seu extraordinário ardor missionário, o elevado nível da sua cultura humanística e da sua formação pedagógica, podem ser considerados os pioneiros da expansão da cultura portuguesa em Macau.

Quando aí aportaram (1563) os padres Francisco Perez e Manuel Teixeira apenas se erguia na feitoria um bairro de casas de palha em volta da ermida de Sto. António, uma igreja «matriz» e o embrião do Bom porto (depois corrompido em Bomparto), junto do local da actual igreja de S. Lourenço. Neste momento já residiam em Macau seiscentos ou setecentos portugueses e cerca de mil serviçais de outras origens, mas já de religião cristã, entre os quais se contavam intérpretes que falavam o português e o chinês.

Como aqueles sacerdotes, a que se juntou o irmão Pinto, notassem que demorava a sua penetração na China, objectivo essencial da sua missão, decidiram construir em Macau uma casa, não só destinada a exercer o seu apostolado junto dos Portugueses, mas ainda para albergar os padres enquanto esperavam o seu embarque para as outras terras de missão. As obras

iniciaram-se em fins de Dezembro de 1565 no local ocupado hoje pelo Largo de Sto. António ⁴.

Nesta espécie de hospício, ainda rudimentar, logo fundaram uma «escola de ler e de escrever» que seria certamente em língua portuguesa, pois os sacerdotes ainda não dominavam a língua chinesa. Em 1572 tomava o nome de escola elementar: *Primum litterarum scholam*. Uma escola de «ler, escrever e aritmética» a que acorriam muitos meninos, como informava ao Geral da Companhia o P.^e António Vaz, então Superior da residência. Cinco anos depois a frequência já se computava em cento e cinquenta alunos. Em 1584 o P.^e Lourenço Mexia, auxiliar do Superior, escrevia ao Geral: «Há mais de duzentos alunos na escola que tem as disciplinas de ler, escrever, contar e música. Agora se explica a alguns alunos maiores a Matemática.» ⁵ O corpo docente era então constituído por doze jesuítas, na sua maioria portugueses. Não existem, porém, documentos que exprimam os resultados deste ensino, nem os progressos da língua nacional num meio em que já predominavam os idiomas asiáticos.

No entanto, os Jesuítas não se contentaram com estes modestos princípios, tanto mais que Macau se tornara o ponto avançado da irradiação missionária no Extremo-Oriente. De facto, já nos fins do século XVI, em 1593, três décadas após a fundação do primeiro estabelecimento, o Geral da Companhia em Roma, o P.^e Cláudio Aquaviva, autorizava a criação de um verdadeiro colégio que se iniciou precisamente no dia primeiro de Dezembro do ano seguinte, já com nível universitário. A primitiva residência foi muito aumentada, dividindo-se em Casa e «Colégio da Madre de Deus» e, mais tarde (1597), unidas novamente sob a

direcção de um mesmo Superior. O colégio conferia graus académicos a eclesiásticos e a leigos e continha no seu programa de estudos um tal número de actividades lectivas que o transformaram no maior instituto católico do Extremo-Oriente.

De facto, achavam-se ali encorporados dois seminários para seculares, uma Universidade, dotada de Faculdades de Letras, Filosofia e Teologia, uma escola elementar e uma escola de Música e Artes Plásticas. Assim, ensinavam-se no Colégio de Macau as primeiras letras, do A B C até aos mais altos pontos e ápices da sagrada teologia; tinha um mestre de ler, escrever e contar; dois mestres de latim e um de filosofia; dois de sagrada teologia, um de moral e casos de consciência e um prefeito de estudos. Na igreja do Colégio conferia-se o grau em artes aos que o mereciam, chegando das suas terras os doutorandos acompanhados pelos amigos e padrinhos, com charamelas na dianteira do cortejo como se usava na Europa ⁶. Além disso, o Colégio dispunha de outras dependências como uma farmácia ou «botica», a melhor de Macau, da Procura ou Procuração do Japão e até de uma tipografia de caracteres móveis, a primeira que os Jesuítas trouxeram para Macau e para o Japão (1588). A primeira obra impressa nesta oficina foi o relato de uma embaixada que os Japoneses enviaram ao Papa Gregório XIII (1572-1585). No Colégio também se guardava o Arquivo da Província Jesuíta e instalara-se uma biblioteca com mais de 5 000 volumes ⁷. Luís XIV brindou esta livraria com um relógio que ali permaneceu durante muito tempo.

Ainda junto do estabelecimento jesuítico destinava-se aos crentes chineses a igreja de Nossa Senhora do

Amparo e, como veremos adiante, também o edifício do Colégio de S. José (depois seminário), casa-mãe da vice-província da China ⁸.

Apesar da distância dos centros de direcção da Companhia de Jesus, o Colégio de Macau acompanhava os progressos dos estabelecimentos de ensino similares. Ora, entre as actividades circum-escolares da iniciativa dos Jesuítas, salientavam-se as representações teatrais que constituíram um género literário de que nos ficou um vasto espólio. O Colégio de Macau não fugiu a esta regra: há, pelo menos, notícia de uma festa teatral com uma peça em que se reconstituía a vida de S. Francisco Xavier e outros números coreográficos e folclóricos. Os pequenos actores foram naturalmente ensaiados pelos padres da Companhia com diálogos pronunciados em português. Como acontecia em todas as outras sociedades em que os Jesuítas exerciam acção docente, os figurantes eram escolhidos entre os filhos das melhores famílias da cidade ⁹. O teatro tornava-se assim um outro meio de atracção e de difusão da cultura portuguesa.

Graças ao espírito de missão que animava os Jesuítas, Macau tornara-se o fulcro da expansão do Cristianismo em todo o Extremo-Oriente. Por isso, logo no ano de 1575, o Papa Gregório XIII (1572-1585), pela sua bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, fundava a diocese de Macau, a instâncias de D. Sebastião, com jurisdição sobre a China, a Coreia e o Japão ¹⁰. O proselitismo cristão procurou então adaptar a mentalidade religiosa dos Chineses à doutrina da revelação cristã, aproveitando os preceitos de Confúcio, que viveu no século V a. C. De facto, as honras prestadas ao filósofo, desde o século II a. C.,

representavam uma «visão oriental da devoção cristã às almas do purgatório e da crença na comunhão dos santos». Assim o entenderam, com um perfeito sentido de adaptação às práticas religiosas dos Chineses, os argutos Jesuítas que levaram muito longe a sua missão apostólica. Todavia, a Cúria Romana opôs obstáculos invencíveis a esta judiciosa interpretação. Tanto o Supremo Tribunal dos Ritos (30-XI-1700) como os papas Inocêncio XII (1691-1700), Clemente XI (1700-1721) e Inocêncio XIII (1721-1724) não a consentiram. O último destes papas proibiu mesmo que fossem enviados mais padres jesuítas para o Extremo-Oriente. Por fim, Bento XIV obrigou pela bula *Ex-aequo* (1743) que todos os missionários se sujeitassem à proibição pontifícia por um voto.

Mas o pleito entre o Papado e os Jesuítas, pelo motivo da aceitação dos ritos de Confúcio, produziu outras conseqüências que são referidas por todos os historiadores de Macau. Clemente XI, que já tinha rejeitado a interpretação jesuítica, ligou uma tal importância à questão que enviou para o Celeste Império o cardeal Charles Thomas Maillard de Tournon, patriarca de Antioquia, como legado *a latere*. Logo que passou pela Índia e pelas Filipinas revelou a sua antipatia pelos Jesuítas. Chegado à corte de Pequim o imperador Kange-he mandou-o abandonar a cidade. De Tournon fixou então residência em Macau, onde o esperavam, porém, os maiores dissabores. De facto, pelas disposições do Padroado Português do Oriente, os padres que para aqui se destinavam tinham de transitar por Lisboa, colocando-se sob as ordens da Coroa portuguesa. Além disso, por um mandado promulgado em Cantão, De Tournon quis igualmente revogar na

diocese de Macau a prática da liturgia confuciana instituída na China. Nestas circunstâncias, o bispo de Macau, D. João de Casal, não só o acusou de não cumprir as prerrogativas do Padroado, mas ainda por ter imposto a sua vontade na questão dos ritos. Apesar destas contrariedades, o legado papal continuou a persistir na sua intenção. Levantou-se então uma disputa entre ele e o bispo, tanto mais que os Dominicanos e Agostinhos, adversários dos Jesuítas, tomaram o partido do cardeal. Diogo de Pinho Teixeira, então capitão-general de Macau, aprovou a sanção episcopal. Os monges dominicanos e agostinhos, bem como o legado papal, acabaram por ser presos. Depois de três anos de detenção, De Tournon morreu subitamente (9-VII-1710). E, desta maneira, terminou um conflito que tanta perturbação causou em Macau ¹¹.

Entretanto, foi graças à influência das ordens religiosas portuguesas que o Papa Alexandre XIII criou a primeira diocese na China, abrangendo Pequim e Nanquim, a que se seguiram outras com bispos recrutados entre sacerdotes em Macau ¹². Macau era assim uma guarda avançada no Oriente, não só da influência da cultura portuguesa, mas ainda da propagação do Cristianismo entre povos que se mostraram depois tão relutantes à conversão.

É durante o interregno filipino, em que Macau conservou sempre a sua autonomia em face do predomínio da coroa castelhana e mais liberto das imposições chinesas, que os Jesuítas ergueram em estilo barroco uma das magnificentes igrejas no Extremo-Oriente. Arquitectada segundo o templo-modelo de Jesus, em Roma, por Fr. Carlos Spínola, foi iniciada em 1595 e só terminada em 1602 ¹³. Concorreram para a

sua construção os donativos dos negociantes que auferiam vultuosos lucros no seu comércio com o Japão. Embora o interior da igreja já fosse digno de nota, com um tecto esculpido em madeira e pintado a ouro e de outras cores brilhantes como vermelhão e azul, a fachada que ainda hoje subsiste só foi acrescentada entre 1620 e 1627. O templo foi dedicado à Anunciação de Nossa Senhora, a Mãe de Deus, também para impressionar os Chineses que adoram a deusa Ma ou Mãe. A fachada oferece uma impressão de extraordinária riqueza arquitectónica e escultórica na sua combinação entre influências artísticas orientais e ocidentais. O irmão Finn deisgnou-a como um «sermão em pedra», uma expressão visual da doutrina religiosa e da fé.

A igreja divide-se em ordens, numa harmonia perfeita, cada uma delas apoiada em colunas dóricas, com a sua decoração própria. Entre os diversos elementos da simbologia que a ornaram destacam-se no segundo plano, aberto por três largas janelas, as estátuas de S. Francisco de Borja, Sto. Inácio de Loiola, S. Francisco Xavier e S. Luís de Gonzaga. Na terceira ordem, à esquerda, lê-se em caracteres chineses a seguinte inscrição: «Lembra-te da morte e que não deverás pecar». O templo, pelo seu valor histórico e pelo seu valor arquitectónico, é um símbolo da expansão da cultura portuguesa no Extremo-Oriente.

O Seminário de S. José, inaugurado em 1728 e construído «sobre pedra viva» na eminência de Macau que tomou o nome de Nossa Senhora da Penha, com a sua igreja anexa construída em 1758, foi até à expulsão dos Jesuítas em 1762 mantido sob a sua direcção, tornando-se igualmente um foco de cultura portuguesa,

porque a maior parte do seu professorado provinha da Província de Portugal da Companhia de Jesus. Evidentemente que depois da exautoração dos Jesuítas pela medida discriminatória do marquês de Pombal, o Seminário, que foi um viveiro de formação e de retiro de sacerdotes, entrou em declínio como todas as outras instituições mantidas pelos irmãos de Santo Inácio ¹⁴.

Depois da expulsão dos Jesuítas o Seminário de S. José tem uma existência bastante movimentada, com períodos de prosperidade e de decadência que se prolongam até meados do século XIX. Em 1784 passou para a direcção dos padres Lazaristas, denominando-se então Seminário Régio e Episcopal de Pequim. Mas, por carta régia de 1800, tomou a designação de Casa da Congregação da Missão. Voltou a desempenhar um papel relevante na educação dos macaenses, não só formando sacerdotes mas ainda abrindo as suas portas aos leigos que nele encontravam o único estabelecimento de ensino digno desse nome em Macau. As despesas com a manutenção do estabelecimento recaíram sobre o Leal Senado. No princípio do século passado os sacerdotes que ministravam o ensino eram todos portugueses. O currículo incluía a gramática latina, a gramática portuguesa, a aritmética, a retórica, a teologia e outros conhecimentos. Além dos alunos que se destinavam ao sacerdócio frequentavam o Seminário, em 1815, dezasseis rapazes, e treze em 1831 ¹⁵.

Todavia, esta fase de prosperidade do Seminário não durou muito tempo. Como os Lazaristas aderiram em 1822 ao movimento constitucional que eclodira em Portugal, foram alvo de perseguições. Alguns dos professores do estabelecimento foram presos e, portanto, tanto a formação sacerdotal como o ensino

sofreram as consequências destas perturbações. Foi restabelecido o seu funcionamento em 1850 mas sem a eficiência dos tempos passados. Por fim, só restava no Seminário um venerável sacerdote que continuou a ensinar latim até à sua morte em 1854. O último lazarista, D. José Joaquim Pereira de Miranda, faleceu dois anos depois ¹⁶.

Em 1862 acentua-se uma nova viragem: o Seminário passa novamente à superintendência dos Jesuítas. Foram internados 41 pensionistas e os externos atingiram o número de 150. Além de aulas de primeiras letras ministrava-se o ensino de português e de outras disciplinas como o latim, francês, inglês, filosofia racional e moral. Os professores eram na sua maioria de nacionalidade portuguesa, o que reafirmava a presença da nossa cultura em Macau. Desta sorte, o número de educandos foi-se sempre elevando. Em 1864 frequentavam o Seminário 216 alunos e em 1870 matricularam-se 377.

Neste período frequentou o estabelecimento um dos vultos mais representativos do Exército, o Marechal Gomes da Costa. Eis como ele se exprime, provando que a cultura nacional tinha um lugar marcante no Seminário: «Não tenho a consciência de que fosse um bom exame, mas protecção que me dispensaram decerto permitiu que me premiassem com uma selecta camoniana que eram *Os Lusíadas*, que eram expurgados das passagens, que os padres rejeitavam, escabrosas e que podiam despertar a curiosidade à rapaziada» ¹⁷.

III / O ENSINO DE OUTRAS ORDENS RELIGIOSAS: AGOSTINHOS, DOMINICANOS, FRANCISCANOS E CLARISTAS

Outras ordens religiosas fixaram-se em Macau e, naturalmente, abriram escolas desde o início do estabelecimento dos Portugueses no território. Os Agostinhos chegaram em 1586-1587. Os Dominicanos atravessaram o Pacífico, vindos de Acapulco, no México, numa missão constituída pelos irmãos espanhóis António de Arcediano, Alonso Delgado e Bartolomé Lopez, os quais aportaram a Macau também em 1587. Porém, três anos depois foram remetidos para Goa, substituídos por dominicanos portugueses ¹⁸. No convento de S. Domingos, no centro de Macau, não longe do Leal Senado, funcionava uma escola onde os padres ensinavam a ler e a escrever, bem como um curso de latim e outras disciplinas literárias. No entanto, como sempre acontecia em Macau, os iniciados na língua portuguesa não eram muito numerosos...

Os Agostinhos, com a sua longa tradição pedagógica, possuíam também a sua escola. Como a dos Dominicanos, os alunos não eram em número muito elevado. De facto, quando se comemorou em Macau

(20 de Junho de 1642) a aclamação de D. João IV, os estudantes matriculados nas escolas de S. Domingos e Sto. Agostinho participaram num cortejo que celebrou o acontecimento, «muito bem vestidos à soldadesca». Mas não excediam mais de cinquenta...¹⁹.

No fim do século XVI Dominicanos e Agostinhos insistiam em permanecer em Macau. Atrás da catedral erguia-se a igreja de S. Lázaro e estavam abertas aos fiéis as igrejas paroquiais de Sto. António e S. Lourenço. E havia mais quatro igrejas pertencentes aos Jesuítas, Franciscanos, Dominicanos e Agostinhos; uma outra ligada à Santa Casa da Misericórdia; e ainda outra consagrada a Santa Clara²⁰.

Algumas destas igrejas foram demolidas, bem como os conventos em que se alojavam os Agostinhos e Dominicanos. Mas ainda hoje se podem admirar em Macau dois templos que pertenceram aos Agostinhos e Dominicanos, que atestam pelo seu estilo a presença da arte portuguesa no Extremo-Oriente. O primeiro, cuja fundação data de 1586, ergue-se na vertente da colina de Nossa Senhora da Penha. Foi remodelado em 1814 e em 1875, mas ainda conserva na fachada principal um ressaibo da arquitectura clássica com um portal sustentado por quatro colunas dóricas. A igreja de S. Domingos oferece-nos uma imagem de barroco a que não faltam nem nobreza, nem elegância, com uma fisionomia que nos recorda outros templos portugueses do século XVIII.

Tanto os Dominicanos como os Agostinhos marcaram profundamente a sua posição na vida religiosa e cultural de Macau. E, certamente, ainda que não nos legassem dados positivos no capítulo da educação,

devem ter contribuído para a divulgação da língua portuguesa.

Também há notícia da fundação de um convento de Franciscanos, fundado por Pedro de Alfaro e seus companheiros em 1579, a que se acrescentou um seminário onde se educaram vinte meninos, uns já convertidos, outros para se converterem ao Cristianismo. Mas, embora se suspeite que frades menores também ensinassem português, não nos legaram informações sobre a sua actividade lectiva ²¹.

As congregações religiosas que actuaram em Macau não só se consagraram à educação e, portanto, à instrução do sexo masculino mas também do sexo feminino. Entre estas teve especial relevância o mosteiro das Claristas, fundado nos princípios do século XVII (1626-1634) por um português, António Fialho Ferreira, e um espanhol, Diogo Enriquez de Losada. Mas acudiram também aos primeiros passos do funcionamento do mosteiro outros benfeitores, como os portugueses Bartolomeu da Rocha e sua irmã Isabel. O mosteiro dependia da Província Clarista de Manila, nas Filipinas. Todavia, como em 1644 os Espanhóis foram expulsos de Macau, as Claristas que se conservaram no mosteiro eram todas de origem portuguesa.

As Claristas continuaram exercendo a sua acção evangélica e educativa por largos anos em Macau. O mosteiro foi, porém, devorado por um incêndio em 1824. As irmãs foram albergadas no Recolhimento de Santa Rosa de Lima — ainda hoje existente com o nome de Colégio — e de que adiante falaremos, como um dos focos mais activos da irradiação da língua e, portanto, da

cultura portuguesa entre a juventude feminina de Macau.

Quando em 1834, pela lei de Joaquim António de Aguiar, foram extintos os conventos — lei que teve a sua repercussão no ano seguinte — o governo continuou a respeitar a existência das Claristas. Com o falecimento da última religiosa em 1875 o recolhimento tomou o nome de Colégio de Santa Rosa de Lima. Durante a sua longa existência, de quase dois séculos, o Convento de Santa Clara beneficiou de muitas dádivas, quer de doadores particulares, quer do próprio governo de Macau ²².

Agostinhos, Dominicanos e Claristas, com os seus institutos religiosos e de educação, foram, portanto, como os Jesuítas, precursores do ensino português em Macau. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII não há notícia de outros estabelecimentos escolares em que a língua portuguesa constituísse a principal matéria de ensino e se tornasse, por consequência, o veículo fundamental da nossa cultura.

Em 1672, já no terceiro quartel do século XVII, um viajante que passara por Macau, o P.^e Fr. Marti Climent, notava que a cidade dispunha de três paróquias: a Sé, S. Lourenço e Sto. António, cujas igrejas ainda subsistem. Erguiam-se os conventos dos Jesuítas, Dominicanos, Agostinhos, Claristas e Franciscanos. Funcionavam igualmente dois hospitais com os seus capelães. E também se destacava o edifício da Santa Casa da Misericórdia ²².

IV / NOVOS CAMINHOS NA CULTURA PORTUGUESA

Como aconteceu em Portugal e nos seus domínios ultramarinos, a expulsão dos Jesuítas criou um vácuo no ensino nacional e, por consequência, na propagação da cultura portuguesa. Naturalmente sobreveio uma situação idêntica em Macau. Escreve o notável historiador do território, o Padre Manuel Teixeira, que temos citado frequentemente pelas copiosas informações que nos fornece sobre a evolução do ensino em Macau: «Os colégios de S. Paulo e de S. José, privados dos seus professores, ficaram abandonados, tornando-se morada de ratos»²³. Por sua vez o desembargador-ouvidor, Lázaro da Silva, acentuou o facto com estas expressivas palavras: «Depois da extinção dos Jesuítas cessaram aqui as escolas. Não houve mais uma cadeira de Latinidade, nenhuma de Moral e Teologia. Quem quis aprender foi a Manila, alguns para Goa e outros, a quem os meios faltavam, ficavam por aqui...»²⁴.

Ora, o marquês de Pombal, bem consciente desta carência, criou um sistema estatal de instrução, tanto para o ensino primário — das «primeiras letras», como então se dizia — como para os «estudos menores», ou

seja, o ensino secundário. Por alvará de 28 de Junho de 1759 decretou que se nomeasse um director de estudos, a quem competia a inspecção dos estudos menores e se instituísssem cadeiras de Gramática Latina à razão de uma ou duas por cada vila e uma por cada bairro de Lisboa; cadeiras de Retórica na mesma proporção das de Grego pela capital e duas em cada uma das cidades de Coimbra, Évora e Porto e uma por cabeça de comarca; e ainda cadeiras de Retórica na mesma proporção das de Grego. Mais tarde, em 1772, tomou providências, precoces em qualquer país do mundo, para criar um ensino primário oficial. Era a Real Mesa Censória, um tribunal como então era chamado, que se encarregava de inspeccionar e seleccionar o professorado oficial e particular.

Nas escolas elementares, instituídas pelo marquês de Pombal, o programa do ensino constava de ler, escrever e contar, elementos gramaticais de português, as quatro operações, regras de civilidade e, naturalmente, a educação religiosa baseada no catecismo. Foram assim estabelecidas no território metropolitano 429 escolas primárias, quinze nas ilhas e vinte e quatro no Ultramar, de que Macau viria a beneficiar, como vamos ver. Para garantir a manutenção deste plano, com uma certa grandiosidade para o tempo, o marquês lançou um imposto especial sobre as bebidas alcoólicas, denominado «subsídio literário», que perdurou até meados do século XIX.

Foi nestas circunstâncias e, graças a estas medidas pombalinas, que chegou a Macau em 1775 o primeiro mestre régio de Gramática Latina, de nome José dos Santos Baptista de Lima que, pelo seu casamento com Ana Pereira de Miranda, se ligou às velhas famílias

macaenses (1782). Ainda neste momento, como já sucedera a todos os seus antecessores, Baptista de Lima lutou com sérias dificuldades para exercer proficuamente o magistério. A língua portuguesa «era ignorada totalmente pelos nacionais de Macau, que só falavam um idioma misto de português e chinês corrupto — e tal que o referido professor necessitava muitas vezes de intérprete para saber o que diziam os seus discípulos»²⁵.

O filho deste professor, José Baptista de Miranda e Lima (1782-1848), sucedeu a seu pai na carreira docente como era costume nessa época. Demonstrou, porém, aptidões literárias abrindo um sulco de vida de espírito num meio como Macau em que só primavam os interesses comerciais. Assim exaltou, entre outros poemas, as virtudes de um dos mais lúcidos governantes, o ouvidor Manuel de Arriaga (1776-1824), açoriano que se destacou como outros em Macau. Esta quadra reveste-se de sabor camoniano:

«De ti receba agora esta coroa
Bem que inferior ao seu merecimento
Enquanto outra melhor se prepara
No reino superior do firmamento»

No poema *Alectorea*, derivado dos termos gregos, *alector*, galo, e *alectoris*, galinha, exclama num tom inspirado das *Geórgicas* de Virgílio:

«A Mantuana lira harmoniosa
Que ainda soa a prol da Agricultura
Entro agora a pulsar, querida Esposa,
Sentado junto ti nesta espessura;
E vou cantar-te o galo e o povo alado
Sobre o qual impera desvelado»

Outro poema, *Philomena Invicta*, já tem sabor romântico, como os mártires do Cristianismo à maneira de Chateaubriand. É a história de uma virgem torturada por Diocleciano:

«Ao som de suave harmonia
Que reina em nossa choupana
Entro a cantar Loviana
A invicta Philomena»

No *Desengano* o poeta acompanha «um velho de aspecto respeitável» a «um bosque de ciprestes arrumados / Por entre os quais se viam elevados / Soberbos mausoléus...» «onde acabavam todas as glórias deste mundo».

Mas Miranda e Lima também se revelou um versejador satírico empregando o dialecto macaense: «Ajuste de Casamento com Nhi Pança cô Nhum Vicente» é, de facto, um documento curioso para o estudo da língua de Macau no princípio do século passado:

«No mez de Agosto *unga* tarde
dom-dom panno vai pescá
minha Pancha vai *juntado*
Nhum Lourenço companhá

Andá qui, andá minha Siára
perna azedo bem cansado
Nhum Lourenço sua estúrdia
vai até Rede *Chapado*

«Unga» significa «uma»; *dom-dom panno* exprime «levando ao colo com todo o cuidado»; «*juntado*» está por «juntamente»; «*perna azedo*» por «perna fraca»;

«estúrdia» por «estouvado»; «Rede Chapado» é um sítio de Macau para além da colina da Guia. Por estas duas quadras já se pode apreciar como o crioulo macaense se afastava do português corrente e o esforço didáctico que seria necessário aos professores da nossa língua para o reporem na sua pureza ²⁶.

Miranda e Lima foi considerado no seu tempo como uma das notabilidades macaenses. Todavia, tendo aderido à causa de D. Miguel, que desfrutou de muitos partidários em Macau, foi demitido do seu cargo docente com o triunfo das hostes liberais (1839), embora reintegrado alguns anos mais tarde (1843). Tanto pelas suas ideias políticas como pela sua vocação literária, Miranda e Lima foi em Macau um dos representantes do Portugal conservador e histórico que se sumiu nas trevas do passado com a aurora redentora do liberalismo ²⁷.

As providências do marquês de Pombal, extensivas a Macau, não foram bastante eficazes para suprir a docência dos Jesuítas, durante longos anos, na penetração da língua e da cultura portuguesas num meio social que lhes parecia hostil. De facto, os Portugueses constituíram sempre uma minoria, na então colónia, entre os Chineses, Malaios, Javaneses, Timorenses e muitos outros povos asiáticos. Mas ainda não estavam completamente estabelecidas as escolas pombalinas quando em 1834, o decreto de Joaquim António de Aguiar, que extinguiu as ordens religiosas em Portugal, veio ainda agravar a situação.

Entretanto funcionou em Macau uma Escola das Primeiras Letras, regida primeiramente por Alexandre António Pereira (1774-1822) e, em seguida, por Camilo de Lélis de Sousa (1804-1882). Como o seu próprio

nome indicava, o currículo do estabelecimento não ia além de «ler, escrever e contar», instrução que no tempo se julgava suficiente para os Macaenses. Evidentemente, como vimos atrás, a língua portuguesa não se notabilizou pela sua pureza. Era a «língua de Macau», «língua macaísta» ou «patoá», uma espécie de crioulo, com três séculos de existência, ainda falada pelas famílias mais distintas de Macau no século passado ²⁸.

Como o ensino não progredisse, foi o próprio Senado, a quem Macau deveu em grande parte a sua autonomia administrativa, que se julgou com a obrigação de «promover a educação pública», alegando já o motivo político de «cimentar as instituições liberais». Para o efeito o Senado reuniu várias vezes, mas os seus esforços não foram coroados de êxito porque não se encontravam professores idóneos ²⁹.

Em Portugal, o ministro da Marinha e do Ultramar, Joaquim José Falcão, tinha criado em todas as possessões ultramarinas as *escolas principais* de instrução primária. Existia ainda uma doação do inglês James Matheson, no valor de cinco mil patacas, que o Senado deliberou aplicar nas despesas do funcionamento de um plano de educação. O Padre Jorge António Lopes da Silva (1817-1870) foi assim nomeado director e mestre da Escola Principal (1847) que, no currículo adoptado em Macau, compreendia as primeiras letras do ensino primário, o ensino de português e ainda o francês e o inglês. O Padre Jorge da Silva, dotado de predicados pedagógicos de zelo e assiduidade, conservou-se no seu cargo até 1853, sendo substituído, no ano seguinte, pelo Padre Vitorino José de Sousa Almeida que ministrava o ensino do português e do latim. Juntaram-se-lhe outros dois professores: um de primeiras letras e outro de

francês e de inglês. A escola desempenhou um papel de relevo na instrução da juventude macaense pois era frequentada por mais de trezentos alunos ³⁰.

V / A PRESENÇA DE CAMÕES EM MACAU

Um dos episódios mais conhecidos da presença literária de Portugal no Extremo-Oriente é a viagem de Luís de Camões a Macau e a sua estadia num sítio privilegiado do território, «A Gruta de Camões», onde, segundo a tradição, teria escrito parte do seu poema. Não existem, infelizmente, documentos autênticos que fundamentem esta versão, transmitida de geração em geração.

De facto, segundo um dos biógrafos do poeta, Pedro de Mariz, o governador da Índia Francisco Barreto (1520-1573), homem de reconhecida integridade, teria desterrado o poeta para o libertar da miséria ou para o punir de uma falta praticada. Ter-lhe-ia, porém, cometido o cargo de «provedor-mor dos defuntos e ausentes» em Macau. É nestas circunstâncias que se aventa a hipótese de Camões ter exercido aquelas funções. Como o exílio data de 1556 e a verdadeira fundação da colónia se inicia, segundo o consenso geral, em 1557, é difícil conjecturar que já funcionasse ali uma administração organizada ³¹.

Por outro lado, o visconde de Juromenha, outro biógrafo de Camões, afirma que ele teria embarcado

numa expedição comandada por Francisco de Faria que teria intervindo contra os piratas em Lampacau ³².

O primeiro documento que, em Macau, se refere aos «penedos de Camões» é um título do cartório dos Jesuítas, de meados do século XVIII (1747), em que se incluem nos rendimentos do colégio 280 pardaus provenientes do «chão do campo de Patanes aos penedos de Camões».

Em nenhuma carta topográfica de Macau, nem em qualquer outra obra anterior ao século XVIII se encontra a mínima referência ao local e à designação que ele tomou. Desde os mais remotos tempos que o sítio da gruta era conhecido dos Chineses pelo nome de *Pak-kap-ich'au*, ou seja «ninho das pombas». É, portanto, impossível determinar como nasceu a tradição de Camões ter ali pousado e poetado ³³.

O terreno onde assenta a actual gruta de Camões pertenceu primeiramente à Companhia Inglesa da Índia Oriental. Vendido em 1815 ao conselheiro Manuel Pereira foi legado por herança ao seu genro Lourenço Marques ³⁴ que mandou ali colocar um busto em gesso do poeta, substituído, mais tarde, por outro em bronze da autoria de Manuel Bordalo Pinheiro. O sítio, que se transformara numa aprazível quinta, acabou por ser vendido ao Estado (1866).

Durante o século XIX Camões mereceu a veneração de homens ilustres que visitaram a gruta. Entre eles conta-se o vice-rei de Cantão, Ki-Ying, que se ajoelhou em face do busto e lhe rendeu homenagem à maneira dos ritos de Confúcio. Mandou construir um portal, *pai loi*, como expressão de tributo chinês, que iconoclasticamente foi destruído quando o recinto passou para a administração do Estado.

Várias inscrições têm sido sucessivamente gravadas na Gruta de Camões. Assim, no pedestal de pedra que sustenta o busto, estão inscritas de um lado as estâncias 23 do Canto X e 79 e 80 do Canto VII e, do outro lado, as estâncias 95 do Canto VI, 42, do Canto VIII e 81 do Canto VII. Gravados em granito em torno da gruta lêem-se ainda versos de Garrett; cinco quadras em latim de J. F. Diniz, escritas em 1835; um soneto em inglês de D. Browning, com data de 30-VII-1849; o soneto de Tasso a Vasco da Gama; duas quadras em espanhol se D. Humberto Garcia Quevedo, datadas de 1889; outras suas de Francisco Maria Bordalo, escritas em 1851, e dez dísticos de Luís de Rienzi, datados de 30-III-1837³⁵.

Camilo Pessanha, um dos escritores que mais influíram na nossa cultura em Macau e de que adiante falaremos (1867-1926), escreveu que entre os templos profanos dedicados ao culto da pátria e ao culto do génio um dos mais venerados é o modesto jardim de Macau chamado Gruta de Camões³⁶. Venceslau de Moraes, quando da sua estadia em Macau (1888-1893), mostrou-se também extremamente impressionado com as belezas naturais da gruta. Escreveu sobre ela um texto de grande realce literário: «Pedras amontoadas sobre pedras, constituindo um pequeno outeiro erizado de arestas musgosas; abraçando-se ao granito, estendendo as raízes por entre os negros mamelões: tal é o que em Macau se chama a *Gruta de Camões* e que, já de longe se destaca, na aridez quase uniforme da costa, como um grande ramalhete de verdura».

No momento em que Venceslau de Moraes escrevia, a vista que se desfrutava da gruta era muito mais ampla e variada do que nos nossos dias. Acrescenta ainda o escritor: «Vê-se em baixo a cidade, a amálgama

prodigiosa das casas negras dos Chineses e a linha serpeada das vilas; e chega-nos o confuso som dos mil pregões dos bazares, o papear insólito dos garotos, o ruído dos tantans e dos foguetes festivos. Vê-se o leito lodoso do porto interior, juncado de lorchas de comércio oferecendo à brisa as suas grandes velas de esteira...». Infelizmente, as lorchas são hoje cada vez mais raras, ainda que o porto interior não tenha perdido completamente a sua feição pitoresca com as embarcações que o enxameiam. E Venceslau de Moraes acreditava que naquele sítio ainda se ouviam os ecos da lira camoniana...³⁷.

Quer fosse uma realidade histórica, quer seja apenas uma tradição sem qualquer fundamento documental, a Gruta de Camões representa uma reminiscência viva e significativa da presença dos Portugueses em Macau na figura de um poeta que é o símbolo da lusitanidade e da nossa expansão no mundo. Por isso no dia 10 de Junho — dia de Portugal — os alunos das escolas de Macau dirigem-se ali em romagem para ouvirem estrofes dos «Lusíadas» como exaltação dos valores nacionais.

VI / A LITERATURA
DE LÍNGUA PORTUGUESA
EM MACAU

No século XVII, com os Portugueses definitivamente assentes em Macau e com a irradiação cultural e espiritual das Ordens religiosas, começam a aparecer obras literárias que enriquecem a literatura portuguesa, especialmente aquela que se prende com o Ultramar. Assim Fr. Paulo da Trindade, nascido nesta cidade em 1570, é autor de uma monografia, escrita entre 1630 e 1636, a que deu o título de *Conquista Espiritual do Oriente*, conservada durante muito tempo manuscrita na Biblioteca Vaticana ³⁸. Dela se aproveitaram outros historiadores, entre os quais Fr. Jacinto de Deus, que escreveu *O Vergel de Plantas e de Flores da Província da Madre de Deus dos Capuchos da Índia Oriental* (1690) a qual se pode considerar como uma obra dos clássicos portugueses ³⁹. É uma crónica dos filhos insignes em virtudes e em letras da sua província de religião. Mas compôs ainda outras obras de apologética e de história profana ⁴⁰.

Mais tarde, já no século XVIII, foi publicada em Macau, nos anos de 1744-45, uma outra narrativa muito curiosa, devida à pena do frade arrábido José de Jesus

Maria, denominada *Ásia Sílica e Japonica* ⁴¹. O livro, redigido num estilo ameno e despreocupado, descreve-nos a geografia da Ásia; as primeiras explorações dos Portugueses nos mares da China; a história do Celeste Império; o desenvolvimento de Macau; a missionação dos Portugueses no Japão; e, finalmente, os acontecimentos decorridos em Macau até à data da sua publicação. Embora a produção literária em língua portuguesa não fosse muito numerosa, já é significativa como expressão literária num meio tão avesso a iniciativas culturais.

Ainda nos fins deste século Macau é representado na literatura portuguesa através de Manuel Maria Barbosa do Bocage (1765-1805), o poeta arcádico que gostava de comparar o seu destino ao de Camões, e que, segundo a tradição, também demorou na cidade do Santo Nome de Deus. Logo no início da sua vida, Bocage, apenas com dezassete anos, alista-se como guarda-marinha. Nesta condição escala o Rio de Janeiro, passa às índias, à China e propriamente a Macau, mais pelo amor de aventura do que pelo respeito das suas obrigações profissionais. No entanto, a sua passagem pelo nosso território do Extremo Oriente é assinalada por vários factos, ainda que a sua permanência fosse muito breve, apenas de Setembro a Outubro de 1789 e Março de 1790. Ele próprio o exprime numa das suas poesias:

«Por bárbaros sertões semi vagante
Até aos mares da longínqua China
Fui por bravos tufões arrebatado»

Confessava então que habitava no «remoto Cantão». E acrescentava sobre a sua estadia na China:

«A vasta, a fértil China
Fofa de imaginária antiguidade
Pelo seu próprio pingue seio
Te viu com lasso pé vagar mendigo»

Como outras poesias de Bocage, estes versos, em que ele nos revela as suas aventuras chinesas, têm mais um sabor de prosa do que inspiração poética... Todavia, pelas suas confissões sabemos que o vate passou primeiramente por Cantão donde veio para Macau. Aqui foi hospedado pelo comerciante Joaquim Pereira de Almeida, que ele evoca como «Ó tu, meu benfeitor, meu caro amigo». Em Macau escreveu três odes ao gosto clássico, duas das quais dedicou a duas senhoras macaenses: D. Maria Saldanha Noronha e Meneses e D. Maria de Guadalupe Topete Uchoa Garfim.

«Do chão, onde a lançaste, a lira apanha
E seja em brando som por ti cantado
Um peito de virtudes adornado,
A piedosa, a magnânima Saldanha»»

A poesia intitulada *Esperança* continha um intuito um tanto interesseiro porque o poeta, graças à posição social que D. Maria Saldanha ocupava na sociedade macaense, solicitava que ela o ajudasse a regressar a Portugal:

«Roga-lhe, roga-lhe, enfim, que te destrua
As ânsias, os temores;
Que à Pátria, ao próprio lar te restitua.
Ah! Já te disse que sim: não mais clamores;
Musa! Musa! descansa,
Cantemos o triunfo, ó Esperança»

Dirigia-se Bocage a D. Maria Garfim com estes versos:

«Aqui meus hinos, a verdade entoa
Aqui sobre mil flores
Aos atractivos da preclara Uchoa
Forjo eternos louvores»

Tanto uma como a outra das suas inspiradoras eram senhoras de grande linhagem e de grande beleza.

Outra ode foi dedicada ao governador interino de Macau, desembargador Lázaro da Silva Ferreira (1789-1790) que repatriou Bocage para Lisboa, onde acabou por regressar em Agosto de 1790 ⁴².

O poeta ainda exprime o seu desencanto de Macau neste soneto:

«Um governo sem mando, um bispo tal,
de freiras virtuosas, um covil,
três conventos de frades, cinco mil
mbons e chinas cristãos, que obram muito mal.

Uma Sé que hoje existe tal e qual,
catorze prebendados sem ceitel,
muita pobreza, muita mulher vil,
cem portugueses, tudo em curral;

Seis fortes, sem soldados, um tambor
três freguesias cujo ornato é pau
um vigário geral sem promotor
Dois colégios e um deles muito mau,
um Senado que a tudo é superior
é quanto Portugal tem em Macau»

VII / A LÍNGUA DE MACAU

A língua ou *patois* de Macau mereceu, desde longa data, a atenção dos filólogos portugueses. Foi primeiramente estudada por Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) numa monografia que envolvia todos os dialectos portugueses falados fora de Portugal. O dialecto macaense é aqui tratado num pequeno número de páginas ⁴³. Todavia, o autor dispunha de uma especial competência no campo da filologia histórica e científica, de que foi um precursor em Portugal, quer como investigador consciencioso, quer como professor do antigo Curso Superior de Letras e depois Faculdade. Neste, como em outros campos da sua extraordinária actividade, Francisco Adolfo Coelho distinguiu-se, entre nós, como o iniciador de uma escola de cientistas da linguagem. Não lhe escapou, pois, o estudo dos crioulos que são a expressão idiomática da expansão dos Portugueses no mundo a partir do século XV. De facto, o crioulo de Macau pode colocar-se a par de outros dialectos com os quais, de resto, apresenta muitas semelhanças, no Brasil, na África e na Ásia.

Após Francisco Adolfo Coelho e na sua esteira, outro notável filólogo português contemporâneo, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), também se ocupou

do crioulo de Macau numa memória destinada ao X Congresso dos Orientalistas, embora de uma maneira rápida e aproveitando-se sobretudo de Adolfo Coelho ⁴⁴.

Todavia, e ainda anteriormente a estes filólogos, a mais antiga referência que existe sobre o *patoá* de Macau deve-se a um autor chinês, Tcheng Ulam, que também escreveu uma monografia sobre a cidade do Santo-Nome-de-Deus com o título de *Oi-Mun-Kei-Leok*, redigida em 1745-1746, em que se referia à língua macaense ⁴⁵.

Mas o dialecto teve ainda um intérprete apaixonado no orientalista João Feliciano Marques Pereira (1863-1909), nascido em Macau, de onde se dirigiu a Portugal para frequentar o Curso Superior de Letras, onde foi discípulo de Adolfo Coelho. Ficou, porém, sempre fiel à terra onde nasceu. Professor efectivo da antiga Escola Superior Colonial, deputado pelo círculo de Macau, funcionário do Ministério da Marinha e do Ultramar, dedicou-se, quer pelo jornalismo, quer pela publicação de várias obras, aos interesses de Macau que sempre defendeu ardorosamente. Contudo a sua coroa de glória é a edição da revista *Ta-si-yang-kuo* (*Grande Rumo do Mar do Oeste*, isto é, Portugal) ⁴⁶. Esta revista, pela colaboração que contém, representa, ainda hoje, uma contribuição notável para o conhecimento da história de Macau.

Ora, foi na referida publicação que em sucessivos artigos, subordinados ao título de «Subsídios para o Estudo do Dialecto de Macau» ⁴⁷, o autor, quer com a inserção de textos apropriados, que lhe eram enviados do território do Extremo-Oriente, quer com notas esclarecedoras, empresta o maior desenvolvimento à

análise do dialecto de Macau. Apesar de outros trabalhos publicados posteriormente, os artigos assinados por João Feliciano Marques Pereira são indispensáveis para o conhecimento da língua de Macau, pelo menos numa fase da sua evolução histórica.

Ultimamente a Dr.^a Graciete Nogueira Batalha, professora no Liceu Infante D. Henrique e residente no território há longos anos, tem-se consagrado afincadamente à prospecção do dialecto com a publicação de numerosos e valiosos trabalhos ⁴⁸.

Finalmente um escritor macaense, José dos Santos Ferreira, deu à luz uma série de obras em que reconstitui com toda a fidelidade a língua de Macau ⁴⁹.

Além de referências esparsas em outras obras são estes os principais elementos que se podem consultar sobre um dos dialectos mais característicos e originais da língua nacional.

Como acontece em todas as outras estruturas linguísticas o dialecto de Macau, língua macaísta, ou ainda mais vulgarmente *patoá* (do francês *patois*) tem sofrido uma evolução, mais notória no actual século. Graças a vários factores e, nomeadamente, uma maior aproximação com a Metrópole e à acção dos metropolitanos, só restam alguns traços fundamentais do antigo crioulo, tanto na fonética, como na morfologia. Além disso, é actualmente falado por um número mais reduzido de macaenses.

De facto, os textos publicados na revista *Ta-si-yang-keu* revelam-nos uma linguagem muito mais distante da do nosso tempo e, por vezes, incompreensível, com o emprego de um vocabulário estritamente macaense. Deve ainda notar-se, como vimos atrás ⁵⁰, que o dialecto chegou a ter expressão literária.

Como já foi notado, a língua praticada em Macau já não pode merecer a designação de dialecto. É antes um falar próprio, com características que não são exclusivamente de Macau e se revelam ainda no português das nossas antigas províncias ultramarinas e, naturalmente, no Brasil.

As influências que sofreu a língua de Macau são certamente de diversas origens, representando os diversos grupos sociais que foram constituindo a população do território nas suas relações com os povos vizinhos, numa área geográfica bem determinada.

Assim, como teremos ocasião de apreciar adiante, muitos vocábulos originais das línguas malaias foram introduzidos desde o início da fixação dos Portugueses no século XVI na pequena península chinesa. Por um lado, segundo a versão dos historiadores, os colonos portugueses ligaram-se com mulheres da Malásia e, por outro lado, os macaenses tiveram sempre contactos muito frequentes com a Malásia. Foi da cidade de Malaca que partiram os primeiros navegadores e comerciantes com destino aos mares da China. Do mesmo modo, e por motivo das relações mútuas, o português influiu nas línguas da Malásia que conservam bastantes vocábulos de origem lusitana.

Além do malaio, foram adaptados pelos habitantes de Macau termos do *canarim* ou língua de Goa, porque, como se sabe, a colónia dependeu administrativamente, durante muito tempo, do governo da Índia. A língua espanhola também deixou aqui alguns vestígios pela proximidade das Filipinas, onde até ao fim do século passado dominaram os Castelhanos.

Todavia, uma grande parte dos elementos lexicais e ainda outras formas gramaticais provêm do chinês, o

que nada nos pode surpreender, porque a etnia propriamente macaense representa hoje uma percentagem mínima, cerca de três por cento, da população chinesa que em ondas sucessivas, e principalmente depois da segunda guerra mundial, tem invadido o território e nele se conservou com os seus usos e costumes.

De resto, os Chineses de Macau distinguem claramente entre o significado dos termos *Chóng Kwó Kian*, *Sai Yeóng Iân* e *Ou-Mun-Iân*, isto é, gente de Portugal, (metropolitanos) e «gente de Macau» (Macaenses). Também na linguagem corrente do território, quando se fala do «filho de Macau» ou «filho da terra», pretende-se apenas aludir ao macaense genuíno, ou seja o descendente de portugueses, nascido em Macau, embora nele se misturassem os sangues chinês, malaio, indiano, javanês ou mesmo filipino, os mestiços, como são designados os indivíduos destas proveniências, sem quaisquer complexos.

Tanto o filho de Macau como o chinês se consideram um ao outro como estrangeiros. Mas se um autêntico chinês entrou no grémio da Igreja Católica, adquiriu a nossa língua e assimilou a nossa identidade, passa a ser considerado como um verdadeiro macaense⁵¹.

De uma maneira geral — é ainda outro aspecto a considerar na língua de Macau — nota-se uma ausência quase completa de vocábulos relacionados com a agricultura e mesmo com a horticultura. Evidentemente não se trata de um povo de lavradores — o pequeno solo de Macau não o permitia — mas de gente empregada no funcionalismo de todos os graus, ou, quando muito, em actividades que se designam como

terciárias. Portanto, o léxico macaense revela uma influência culta. São, no entanto, muito abundantes os termos referentes à culinária em que participa um receituário não só português mas também chinês, malaio e indiano ⁵².

Na fase do século passado, segundo a análise de João Feliciano Marques Pereira, a língua de Macau apresentava-se sob três formas que se podiam assim distinguir:

1) o macaísta cerrado ou macaísta puro, que era, sem dúvida, o mais interessante, no ponto de vista filológico, essencialmente falado pelas classes populares;

2) O macaísta que se aproximava do português corrente, usado pelas famílias de maior nível social e em contactos frequentes com os recém-vindos da Metrópole;

3) O macaísta falado pelos Chineses ⁵³.

Nos últimos tempos, a acrescentar às influências que acima citámos e são as mais antigas, temos de notar as da língua inglesa, dada a proximidade de Hong Kong e das mais variadas dependências, sobretudo comerciais, de Macau daquela colónia britânica. Ainda hoje nos surpreende o facto de que a segunda língua praticada em Macau, depois do chinês, seja o inglês e não o português. Pode dizer-se, sem exagero, que a nossa língua só é usada em Macau nos actos administrativos e por funcionários macaenses ou recém-vindos da Metrópole e mais raramente por comerciantes ou outras pessoas, apesar dos grandes esforços empreendidos ultimamente pelo Governo para expandir e valorizar a língua lusitana.

Um dos aspectos mais significativos da língua de Macau, como de resto acontece com outros crioulos

portugueses e com a língua insular, é a conservação de termos arcaicos que caíram em desuso no português corrente. Citemos alguns de maior expressividade:

«Ade» por «adem» do português antigo pato-real; «afião», igualmente do português antigo «anfião», do árabe «afium», nome do ópio extraído da papoula; «ama», criada, serviçal doméstica; «amestê» por há mister; «asinha» com o sentido de depressa; «auto-china», nome de teatro chinês tradicional; «botar», deitar; «botica», farmácia; «bredo», significando hortaliça; «bugio», macaco; «cachorro», cão; «cafre», negro africano; «carreta», carro pequeno; «chunambo», cal de conchas de ostras; «obreiro», artífice de cobre; «cuscus», pão ou bolo cozido em vapor de água; «cuspidor», escarrador; «de ficada», acção de ficar ou de se conservar num lugar; «figo» de banana; «papear», conversar, falar português, papear; «pramor», por amor, por causa de; «mariscar», vocábulo muito usado pelos nossos clássicos no sentido de comer mariscos; «mercê», graças, mercê de; «tem mercê», tem direito; «mezinhas», remédios; «mofina», triste, infeliz.

Mas, como acima dissemos, é, porém, o malaio e depois o chinês que se tornam a fonte mais abundante, como é natural, do léxico macaense. Não provém somente do contacto secular entre os Macaenses e estes dois povos, mas ainda um grande número de vocábulos designam objectos que só se encontram em Macau. Citaremos das línguas malaias aqueles de uso mais corrente, aditando, quando possível, a sua origem: ⁵⁴

«Achar», conserva; «baju», casaquinho; «balechão», tempero, do malaio «balachan»; «bilimbi», fruto, de «balimbing»; «cachipe», avarento, de «kachip»; «cacus», latrina; «cancom», espécie de couve, de «kang kong»;

«caticaca», cheiro de sovacos, de «ketiak»; «chareta» ou «xareta», colher, nádegas, de «chiratta»; «chilicate», alicate, de «chelikati»; «choler», tocar com os dedos, de «cholek»; «chubi», ou «chubir», beliscar, dar beliscões, de «chubit»; «chupa», medida, de «chupak»; «copo-copo», borboleta, de «kupu-kupu»; «cudum», indivíduo baixo, de «kudong»; «curum», espécie de cesto, de «kurong»; «cutão», corpete, de «kutang»; «daiom» ou «daiong», um pau com feitio de remo com que se mexe a «alúa», um doce fabricado em Macau, de «dayong», remo; «dodol», doce; «estrica», ferro de engomar, de «istrik»; «gambel», substância para mascar, de «gambir»; «godão», armazém nos baixos de uma casa, de «gudang»; «gunde», saco pequeno, de «guntil»; «jaca», fruto de «chakka»; «jamboa», fruta; «jangom», milho, maçaroca de milho, de «jagong»; «lacassá», sopa, de «laksa»; «lichim», escorregadio; «mangostão», fruto, de «mangistan»; «maz», peso de 1666 gramas; «mongus» e «murum», triste; «ná», interjeição, com o sentido de «deixa-me»; «onde-onde», bolinho; «paço», recipiente de barro, de «pasu» e «paço-buião», boião de barro grosseiro, de «pasu-buyong»; «pala-palã», de par em par; «parão», facalhão, de «parang»; «pico», peso equivalente a 100 cates, ou seja aproximadamente 6100 quilos; «pipis», bolinhos; «pulu», arroz; «rota», espécie de cana fina de junco, de «rotang»; «saião», pena, desgosto, saudade, de «sayang»; «sambal», compota; «sanco», escarrador, de «sangku»; «santã», leite de coco; «sapão», madeira, de «sapang»; «sapeca», moeda, de «sapaku»; «saraça», mantilha, de «sarásah»; «sará saru», pesado, de «sarab»; «savan», doença, de «sawan»; «sipute», caracol; «tael», 16.^a parte do cate.

Podemos também citar um certo número de vocábulos de origem chinesa que, embora modificados, fazem parte integrante do dialecto de Macau. No entanto, são em menor número que os provenientes das línguas malaias, facto que parece provar a mais frequente e mais duradoira influência destes povos junto dos Macaenses. Destaquemos, pois os seguintes termos:

«Amui», rapariga; «amechon», boião, do chinês «am chông»; «apai», coxo; «atai», rapaz chinês de pouca idade; «bafo comprido» de «ch'eong hei»; «camessé», gorgeta, de «kam-sé»; «caxá-fachai», caixa de fósforos, do chinês «fachái», fósforos; «chatom», abafador de bule, de «chá tong»; «chencau», chinês baptizado na Igreja Católica, de «cheng-káu»; «chicu», variedade de inhame, de «ch'i kú»; «chile miçó», tempero chinês, de «lát chiu cheóng»; «chin-chin», saudação, de «ch'eng-ch'eng»; «chintói», bolo de «chin-tuí»; «choa», embarcação, de «ch'ou»; «chonca», chocar, de «chong»; «chuchai», cule chinês, de «chü-chai», porquinho pequeno; «colau», restaurante, de «kou láu»; «cong-cong», nome de hortaliça em chinês, de «ong-chói»; «faichi», pauzinhos que substituem os nossos talheres; «faichista», homem que no jogo do «fantam» corta os botões, a varinha por eles usada tem o formato dos «faichi»; «fantane», jogo, de «fán t' án»; «fá-sã» ou «fá-sam», amendoim, de «fá-sang»; «fatião», barco chinês, de «fai t'eang» ou «fai t'êng»; «fontão», armário, de «fông-tâng», lâmpada ao vento; «fó-quei», empregado, de «fókei», criado; «ganeiro», tripulante de barco, de «kwan» com o sufixo português -eiro, aquele que na marinha asiática tem a seu cargo os petrechos de guerra, massame, poleame...; «iam-chá», termo chinês que significa um primeiro almoço tardio; «jambolam», fruto

da «eugenia sambulana», comum em Macau; «laissi», presente de dinheiro pelo ano novo chinês, de «lei-si»; «lanchai», garoto da rua; «lencó», fruto, de «leng kók»; «leonfane», geleia, de «leóng fân»; «lichia», fruto muito apreciado, originário da China; «liu-liu», remo; «longane», fruto, de «lông ngán»; «lorcha», pequena embarcação chinesa; «malau», do chinês, macaco; «manquenfum», mezinha chinesa, de «mán-ken-fông»; «mestres», curandeiros chineses; «mintói», cobertor, de «min t'ói»; «mui», espécie de ameixa; «mui», moído, desfeito; «ná», partícula, com o sentido de «tome lá, veja»; «o-o-bambu», rebentos de bambu; «pacapiu», lotaria, de «pak kap piu»; «paché»; guarda-sol; «pak-fanista», viciado de drogas, de «pák-fân», pó branco; «panchão», foguete chinês, de «p'au cheong»; «putão», tijela, de «put-t'âu», «quáchi», pevides de melancia, de «kuá-chi»; «sam-nam-ché», triciclo, de «sám lôn ché»; «sampan», embarcação chinesa de vela; «sanchum», vinho queimado de arroz, de sorgo, etc.; «som», comida, de «sông»; «sutate», tempero chinês; «tacó, taucó», feijão verde, de «tâu kók»; «taipane, taipanada», homem rico, de «tai-pán»; «tai-siu», jogo; «tal-mong», termo chinês designando palerma; «tancá, tancar», barco, de «tán ká», ovo, casa; «tancareira», mulher tripulante do «tancá»; «tapilu», refeição, de «tá-pin-lou»; «taufu», coágulo de feijão de soja, do chinês «tâu-fu»; «tau-leng», moeda de cinco avos; «tomtom», rebuçado, de «t'óng t'óng»; «trate», planta «nymphacea», considerada sagrada na China.

Entre os vocábulos originários da Índia, especialmente do concani, o dialecto de Goa, podemos nomear os seguintes:

«árvore do pagode»; «babá», rapazinho; «baniane», casaco de pano; «bicho», animal, rapaz de pouca idade ou rapariga; «bambolim», de «bombil»; «cacada», gargalhada ⁵⁵; «carambola», fruta; «chachini», prato de peixe, de «chetni»; «chale», rua estreita, de «tçàl»; «daia», parteira; «fula», flor, do neo-árabe «phùl»; «gargu», recipiente para água, chaleira, de «gãdjó»; «guinde», jarro; «gúni», saco grande, de «gon»; «ladu», doce; «mainato», lavandeiro; «mate», terra, barro, argila; «mogarim», espécie de jasmim, de «mogrî»; «mordicim», dor de cabeça, de «mordexim»; «mungo», feijão, de «mũng»; «ola», folha de palmeira; «pancá», ventilador; «patinga», barriga da perna; «supo», cesto, do indo-português «supo»; «tiffin», almoço pela uma hora da tarde, do anglo-indiano «tiffin»; «vaguear», ter vertigens, de «banque», espécie de cânhamo.

Das línguas dos países orientais, que igualmente tiveram relações com Macau, provieram alguns termos como sejam:

«Caia», mosquito, do japonês «ka-ya»; «figo-caque» «cáqui», dióspiro, do japonês «kákí»; «nono», «nuno», tecido de algodão, do japonês «munô»; «quimão»; quimono, igualmente do japonês «quimono». Das Filipinas temos a registar «macupa», variedade de jambo e «pano-manila», isto é, um pano de algodão estampado de risca de xadrês, de cores vivas, muito estimado pelas antigas mulheres de Macau ⁵⁶. Do indonésio recebeu ainda a língua de Macau, a palavra «samatra», com o significado de tempestade, do nome da ilha e, propriamente do javanês, «cate», peso com o valor de 610 gramas, ainda empregado correntemente entre os comerciantes chineses.

Das línguas africanas, ou melhor bantos, contam-se apenas dois vocábulos: «cará», crosta, do nome do tubérculo que significa «batata doce»; e «siara», no sentido de senhora.

Como já acima notámos, a fixação dos Ingleses na ilha de Hong Kong, em 1841, nas vizinhanças de Macau, tornou-se um poderoso elemento de influência na língua do território, sempre em crescimento. Assim podemos enumerar uma série de termos desta proveniência:

«Adape», sem dinheiro, de «hard up»; «afete», gordo, nutrido, de «fab»; «anidiu», melão, de «honey-dew»; «atachamento», afeição, amor, de «attachement»; «boy», rapaz, serviçal; «cacaí», estrábico, de «cock-eyed»; «captain», chefe de criados; «cash», dinheiro à vista; «chope», feriado escolar, do pidgin de Hong-Kong; «corte», tribunal, de «court»; «cule», trabalhador chinês, de «coolie»; «dangeroso», perigoso, de «dangerous»; «engajamento», promessa de casamento, de «engagement»; «engajar», fazer o pedido de casamento, de «engage»; «entiçar», incitar, de «entice», tentar; «espitune», escarrador, «de spittoone»; «fluqueiro», «fluquice», jogadas erradas, boa jogada, de «fluke», golpe ou tiro, dado por acaso ao jogo; «mámi», mamã, de «mammy»; «minche», picado de carne, de «mince»; «parcar», arrumar um carro, de «to park»; «queique», bolo, de «cake»; «reporta», levar ao conhecimento, de «report»; «rustir», assar, de «to roast»; «sós», molho, de «sauce»; «tiro-grandí», sugestão do inglês «big shot».

Embora seja difícil determinar de uma forma precisa as tendências sociais de cada um dos grupos étnicos ou dos idiomas estranhos que influenciaram a língua de

Macau, podemos assinalar alguns dos aspectos mais expressivos dos léxicos nela representados.

Assim o malaio exprime muitos instrumentos de uso doméstico, medidas, vestuário, comestíveis como frutos, doces, leite de coco, culinária e certos estados abstractos.

Por sua vez, o chinês revela-se numa série de costumes próprios desta comunidade e adoptados pelos Macaenses, como nomes de refeições, géneros de alimentação, embarcações e seus tripulantes, utensílios de pesca, remédios, jogos e condições físicas.

Nos termos indianos encontram-se diferentes situações humanas, instrumentos domésticos, vestuário, doçaria e nomes de plantas.

Finalmente, do inglês provieram termos de comércio, predicados físicos, actos sociais e algumas designações de culinária.

Para que seja melhor compreendida a língua de Macau temos de registar algumas das particularidades que a distinguem, quer no aspecto fonético, quer morfológico, quer sintáctico:

I. *Na Fonética:*

- 1 — É habitual fechar-se ou abrir as vogais pré-tónicas que em português são mudas.
Exemplo: «côme», por comer; «nèrvosa» por nervosa.
- 2 — O *-o* final átono soa ô: «filhô», «Fernandô».
- 3 — Ditongação das vogais fechadas *a, e, o* nas terminações *-aɔ, -eɔ, -oɔ*: «vais» por vez, «pois» por põe e «rapaiz» por rapaz.

- 4 — Nos casos em que a vogal *e* devia ser surda é fechada ou substituída pela vogal *i*: «há-di» em vez de há-de.
- 5 — O ditongo oral *ei* lê-se *ê*: «primêro» por primeiro.
- 6 — Ao ditongo nasal português *-ão* corresponde *-ang*, como «pang» em vez de pão.
- 7 — O ditongo nasal *-ong* é muito usado.
- 8 — Vocalização do *-l* final nos vocábulos, em *-u*: «papéu» por papel, «mau» por mal.
- 9 — Em certos vocábulos a consoante *g*, quando seguida de *i*, dando em português o som *gi* toma em macaense o som de *ʒ*: «fuzi» por fugi e «fenzimento» em vez de fingimento.
- 10 — A consoante *j* quando seguida de *a* ou *o*, toma igualmente o som de *ʒ*, passando a sílaba a pronunciar-se *ʒa* ou *ʒo*, como «seza» em vez de seja, «ígreza» em vez de igreja.
- 11 — Supressão do *s* final nos plurais: «criança» por crianças, «garoto» por garotos.
- 12 — Omissão igualmente do *r* final: «calô» por calor, «qué» por quer.
- 13 — Os grupos consonânticos *lh* e *rr* não se pronunciam: o primeiro é substituído por *l* e o segundo por *r*.
- 14 — A consoante fricativa *s* tem um som prolongado como este que soa «esste».

II. *Na Morfologia:*

- 1 — No antigo macaísta o plural era formado pela duplicação dos nomes como «quiança-quiança» por crianças, «home-home» por homens.

Também se forma o plural dos substantivos antecedendo-os de um cardinal ou ordinal correspondentes aos advérbios muito, tanto, quanto. Exemplo: «muito homi».

- 2 — O cardinal um toma a forma «ung», o cardinal dois «doss».
- 3 — Confusão na identificação do género dos substantivos: «uma dia» por um dia, «minha guarda-chuva» por meu guarda-chuva, «uma chá» por um chá.
- 4 — Os adjectivos da língua macaense, embora variem em género, não variam em número: homens ricos traduz-se por «home-home rico».
- 5 — Os pronomes pessoais são representados pelas seguintes formas:

	Singular	Plural
1. ^a	pessoa «io-sa»	«noss-sa»
2. ^a	» «vossa-sa»	«voss-sa»
3. ^a	» «ele-sa»	«ele-sa»

- 6 — Os pronomes possessivos são os seguintes:

«Minha» ou «minha sua»

«ele sua» ou «ele sa»

«Nóss» ou «nóss sua»

«Ilôtro sua» ou «ilôtro sa»⁵⁷.

- 7 — Os pronomes relativos usados são os abaixo designados:
«qui», «quim», «qual» e «quanto»
- 8 — No dialecto macaense os verbos têm uma flexão muito reduzida não se diferenciando nem os modos, nem os tempos, nem as pessoas do singular e do plural. É clara a influência da língua chinesa neste capítulo da gramática portuguesa.
A flexão das pessoas dos verbos é geralmente reduzida à terceira pessoa do singular; «eu sabe» por eu sei, «eu tem» por ele tem.
Simplificação dos tempos, expressos normalmente pelo presente e pelo infinito pessoal: «ele falá nã vai» por ele diz que não vai.
- 9 — Do verbo «vir» apenas se emprega «vem», do verbo «ir» «vai» e «ido».
- 10 — O passado exprime-se antepondo à expressão verbal «djá» ou «iá», o futuro antepondo «lôgo» ou «lô». Assim eu comi transpõe-se para «io djá comê», eu comerei para «io lôgo comê».
- 11 — O verbo ser emprega-se apenas na terceira pessoa do plural do indicativo presente tomando a forma «sang». Além disso, esta forma verbal é quase sempre usada como advérbio de afirmação.
- 12 — Em macaense nunca se emprega a preposição em, mas o seu equivalente «nã»

antes de substantivo, quer masculino, quer feminino.

- 13 — Nas interjeições usa-se «mé» que substitui provavelmente a palavra «homem», como modernamente em Portugal, numa repetição constante, se emprega a palavra «pá» por rapaz. Entre as interjeições de proveniência chinesa emprega-se «uáh», exprimindo admiração ou alegria e «uei», chamamento.

III. *Na Sintaxe:*

- 1 — Supressão de todos os artigos definidos e indefinidos. Exemplos: «António ã sabe» por o António não sabe, «fazê coisa» por fazer a coisa, «agora galinha muito caro» por agora a galinha muito cara.
- 2 — Substituição do pronome átono *me* pelo pronome completo *mim*, como na linguagem infantil: «ele disse a mim» por ele disse-me.
- 3 — Na maior parte dos casos o género feminino dos animais exprime-se acrescentando a palavra «fêmea»; exemplos: «cachorro fêmea» por cadela, «rato fêmea» por rata, «lobo fêmea» por loba.
- 4 — Não há geralmente concordância em género e número do substantivo com o adjectivo: «casa muito fresco» por casa muito fresca, «galinha caro» por galinha cara, «vi umas toalha» por vi umas toalhas.

- 5 — Os nomes numerais tomam a forma do masculino singular em todos os casos; mesmo quando precedem nomes de plural não alteram essa forma: «Dôs patacas co sessenta avos» por duas patacas e sessenta avos.
- 6 — Ainda nos verbos deve notar-se o emprego do presente em relação a pessoas que morreram: «Meu marido é forte» por meu marido (já morto) foi forte.
- 7 — Nalgumas frases o verbo é suprimido: «Ovos caro» por ovos são caros. Este procedimento tem a sua origem na sintaxe chinesa em que o verbo geralmente se omite.
- 8 — «Tá ... qui» são formas especiais da língua para indicar o reforço da acção de um verbo ou continuidade da acção: «Cá lembrá, qui lembrá» para significar estive lembrando muito, sem cessar ou sem fim.
- 9 — O advérbio de negação *não*, que toma a forma «mong», só se usa imediatamente seguido do verbo.
- 10 — As preposições e as conjunções desaparecem nas frases em que seriam obrigatórias em português: «Nã tem arroz comê» por não tem arroz para comer, «emprestou gente» por emprestou gente a alguém.

Se bem que as conjunções coordenativas ainda sejam usadas, as subordinadas são geralmente suprimidas:

«Eu ã sei ela qué ã qué» por ão sei se ela quer ou ão quer .

- 11 — A copulativa *e* é quase sempre substituída pela preposição *com*: «Galo com galinha» em vez de galo e galinha.
- 12 — A partícula *sa*, que acima citámos (5 e 6 da morfologia) serve também para dar mais ênfase à expressão: «ã presta-sa» por ão presta para nada, «ã bom-sá» por ão é nada bom, «bem comê-sá» por foi bom comer; «sabe, ele está um pouco febre-sá» por ele está com um pouco de febre, sabe.

IV. *Tratamentos:*

Neste aspecto há diferenças bem pronunciadas entre o português corrente e a língua de Macau, de que se apontam alguns exemplos:

Entre os irmãos apenas o irmão ou a irmã mais velha são designados por «mano» ou «mana»; os outros são apenas chamados irmãos. Podem assim ouvir-se frases deste tipo:

— «Ñã tem irmão, só tem mano».

As formas de cumprimentos são muito simplificadas em relação aos usos de Portugal. Quando duas pessoas se encontram normalmente baixam a cabeça, dirigindo entre si as expressões «bom dia», «boa tarde», «boa noite», sem acrescentarem mais qualquer outra saudação.

Os tratamentos de «tu» e «você», que implicam o uso da segunda e terceira pessoas do singular das flexões

verbais, merecem alguns comentários pela sua aplicação em Macau.

Ainda hoje o português recém-vindo a Macau pode estranhar a fraseologia de certas pessoas, geralmente colocadas em serviços públicos ou mesmo em entidades privadas, que falam português, e o tratam por «tu». Ora, aqui, esta forma de tratamento é mais cerimoniosa e só dirigida às pessoas com quem não se tem relações íntimas.

Pelo contrário, o apelativo de «você», que, de resto, já foi mais generalizado em Portugal, é em Macau o mais familiar e empregado na sociedade doméstica entre marido e mulher e pais e filhos ⁵⁸.

Como atrás frisámos, a língua de Macau tem evoluído rapidamente, aproximando-se tanto do português moderno como do chinês. Assim certos termos, que ainda se ouviam no século passado e no princípio deste século, desapareceram completamente da língua corrente. Estão neste caso os vocábulos «sium», designação pela qual os criados chineses se dirigiam aos patrões e «siara», senhora, ou seja a dona da casa, assim igualmente chamada.

Por outro lado, o mancebo, o homem novo era conhecido por «nhum» ou «nhom», termo ainda citado nas composições poéticas do século passado.

Para que tenhamos uma noção das características especiais da língua de Macau vamos transcrever alguns textos publicados, acompanhando-os, quando necessário, da sua tradução em vernáculo:

O soneto de Camões, «Alma minha gentil...»:

«Alma, iou-sa dóci alma qui ávai
Qui azinha, triste, di estunga vida;

Discansá ali-riva na Ceu pra sempri,
Dessá iou vivo na tera tud'ora triste.

Si na casa di Dios únde vós ta ficá,
Lembrança di vida pôde guardá,
Non-mestê isquecê acunga amor puro
Qui na iou-se ôlo limpo vês j'olá.

Uvi: Si pa vós têm merecimento
Acunga dor que já ficá co iou,
Di mágoa di perdê vós sim remédio,

Pedi Dios, qui já encurtá vósso vida,
Pazinha levá iou vai juntado,
Como azinha tirá vós d'iou-sa vista.»

A redondilha de Camões, igualmente, «Descalça vai para a fonte...»:

«Discalço ta vai fonte
Leonor pisá chám esverdeado;
Quelê formosa, ta vai co cuidado

Na cabéça, unga pote piquinino,
Na mám di prata su tampa;
Cinta di chita vemêlo fino

Co saia di séda estámpa,
Colete di tudo dia vestido,
Más branco qui neve caído,
Quelê formosa, ta vai co cuidado.

Xale abrí, mostrá pisçoço
Co trança di cabelo dorado
Prendido co listám sedoso.
Di bunita qui mundo ficá ispantado.
Caído nêlo tanto doçura,
Pa dá graça su formosura,
Quelê formosa, ta vai co cuidado.»⁵⁹

«Poéma di Macau»

I

Pa vós, Macau quirido, pequinino,
Nésga di chám pa Dios abençoado,
Macau cristám, qui fôrça di destino
Já botá na caminho alumiado;
Pa vês, iou pensá vêm co devoçám,
Rabiscá unga poema di amôr,
Enfeitado co vós no coraçám,
Pa têm mercê di bénça di sinhôr.

II

Tera qui nôsse Rê chomá lial,
Sômente unga: sã vós, bunitéza,
Filo di coraçám di Portugal,
Alma puro enchido di beléza.
Iou querê vêm contá co sentimento,
Vosso estória pa mundo uví!
— Qui di péna fino? Qui di talento?
Ai, qui saíám Camões nom-têm aqui!

Segue-se a tradução do poema igualmente da autoria do escritor que o compôs:

«Para ti, Macau querida, pequenina, / Nesga de terra por Deus abençoada / Macau cristão, que a leão do destino / Colocou no caminho iluminado; / Para ti, pensei vir com devoção, / Compor um poema de amor, / Contigo enfeitado no coração, / E assim merecer a bênção do Senhor

«Terra que um nosso Rei chamou leal, / Só uma: és tu, graciosa / Filha do coração de Portugal, / Alma cândida, impregnada de beleza; / Quero vir contar com sentimento, / A toda o mundo a tua história! / — Mas,

com que pena fina? Com que talento? / Ah, que pena
não estar aqui Camões»

.....

«Gente antigo têm su *lio-lio lorcha*,
Vagar-vagar remá ta *vai Cantám*.
Cavá, já sai otrunga laia lorcha,
Pa vento suprá páno, vai Japám.
Di Japám, marinheiro vai Nanquim,
Buscá séda pa nhim *fazê quimám*.
Tem de volta Macau co palanquim,
Co um-cento ancuza no porám.

Vosso porta, di par-em-par abrido,
Servi Naçám aqui, na pê di China;
Quim capaz, fazê su bólsa inchido,
Quim nom-têm sórti, sã coi-cõi su sina.
Ótro vêm provétá di ocasiám,
Ficá estúrdia pa fazê maldade.
Vós, coitado, sofré consumiçám,
Chocolhado pa fórti tempestade.»

O poema com um certo sabor histórico pode ser
assim traduzido em vernáculo:

«Os antigos, nas suas lorchas baloiçando, /
Devagarinho, remaram até Cantão. / Outros barcos se
fizeram depois, / Para, de velas ao vento, irem ao Japão.
/ Do Japão marinheiros demandaram Nanquim, / Em
busca de sedas para as vestes das damas; / A Macau
regressaram com palanquins / E centos de coisas nos
porões.»

«Tuas portas de par-em-par abertas, / Serviram a
Nação nestes confins da China. / Os hábeis encheram
seus bolsos, / Os desafortunados suportam sua sina, /
Outros vieram aproveitar-se da ocasião, / Estouvados,

perpetrando maldades! / Pobre de ti, pois sofrestes
dissabores,! / Abalada por forte tempestade ⁶⁰.

E completamos esta análise da língua de Macau com
as seguintes quadras bem características do dialecto
local, da autoria do poeta macaense Filipe M. de Lima ⁶¹:

«Natal já tem traz de porta ⁶²
Logo cai na quartafêra
Venca ⁶³ nós, armá presépio
E aranjá candêa cera ⁶⁴

Nós tem sagrada familia
Pastor, vacca tem bastante;
E tem tambem três Rê mago
Montado na elefante.

Nós tem Minino Jesús
Sam José com Nossiôra;
E tem bastante pastor
Com dez ou doze pastora.

Mandá fazê unga estrada
D'altura do nosso pêto
Armá presepio de riba
Logo pôde olá bemfêto ⁶⁵.

Vos dipois de missa-gallo,
Vamos sandê todo luz;
Chomá gente de vizinho
Cantá Minino Jesús.

Na Macau padre Manuel
Com mas dôs outros sium-sium ⁶⁶
Chegá festa de Natal
Cantá; *gorung, gorungung* ⁶⁷.

Aqui *Adeste fidelis*
E *venite* e más *venite*
Como ou non sábe latim

Ai senti que non tem chiste

Padre Manuel na Macau
Fica na rua de Pala ⁶⁸
Já fazê unga presepio
Que ocupá metade sala

Sua lapa ⁶⁹ qui bonito...
De fora inchido de fula ⁷⁰
Minino Jesús na pala
No meio de vacas e mula.

Nossiôra e Sam José
Ali perto dozelado ⁷¹
Cobri corpo de sua filo
De frio quasi gelado

À riba de lapa unga anjo
Aquando ⁷² descê de ceo
Co unga letréro escrevido
— Gloria in excelsis Deo —

Tem uma estrella na ceo
Que bonito vós olá! ⁷³
E tem tres rês que, de longe,
Botá oculo, observà

Sim, padre Manuel fallá
Qui aquelle são tres rês-magro
Mas eu senti bem de gordo
Tudo costa bem de largo ⁷⁴

Unga rê são portuguez
Otro môro, tem turbante
Otro cafre beço grosso
Corpo inchido diamante!

N'unga canto de presepio
Inchido de arve de côco;
Macaco subi, descê,
Igual como jugá sôco ⁷⁵

Rê Herode com sua tropa
Com espada, chucha e lança
Corê como diabo solto
Matá tudo criança-criança ⁷⁶

De tanto ancuza que tem
Que eu agora já esquecê;
Mas tem unga crueldade
Eu de medo já tremê!!

Vôs olá p'ra tudo rua,
P'ra tudo canto e travessa
Inchido criança macho
Tudo morto sem cabeça.

Vae tudo vanda ouvi choro ⁷⁷
Tudo mãi berrá, dá grito;
Sam José com Nossiôra
Fuzi com Jesús p'ra Egypto.

Padre Manuel são capaz
Ele tem bastante gêto;
Agora não pôde olá
Presepio assim bembêto.

VIII / O JORNALISMO EM MACAU

O aparecimento do jornalismo em Macau é uma conquista do Liberalismo. Pelos meados do século XVIII tinha sido mesmo proibida a imprensa na cidade do Santo Nome de Deus ⁷⁸. De facto, o primeiro jornal que se publicou foi a «Abelha da China» (1822), redigida pelo principal mestre de S. Domingos, Gonçalo de Amarante, e impressa na tipografia do governo. Com uma certa aspereza da linguagem, tornou-se o arauto do partido liberal. No cabeçalho ostentava a seguinte legenda colhida em Terêncio: «Hoc tempore obsequium amicos veritas odium parit», ou seja, «Neste tempo a complacência faz amigos e a verdade inimigos». O seu programa exprimia-se nestas palavras: «A nossa *Abelha* e *Gazeta do Governo* (entenda-se: o governo liberal) e gosto do Governo, seduzida com as únicas vistas de encaminhar o espírito público à felicidade comum». Nesta época conturbada, e expirada a aurora do regime liberal, o jornal terminou a sua carreira com o número 67, queimado numa espécie de auto de fé, por decisão judicial, à porta da Ouvidoria de Macau em 27 de Dezembro de 1823.

Sucedeu-lhe a «Gazeta de Macau» (1824-1826), naturalmente solidária do governo miguelista, de que se

publicaram cinquenta números. Tinha como lema os seguintes versos de Camões: «A verdade que eu conto nua e pura / Vence toda a grandiloqua escritura».

No rastro da «Abelha da China», mas com outra atitude política, preocupava-se essencialmente com os problemas e as personalidades locais, numa época em que se degladiavam liberais e miguelistas. Mas, no ponto de vista propriamente jornalístico, assinalava um progresso: publicava igualmente notícias de Portugal e do estrangeiro e inseria ainda artigos sobre curiosidades e história local.

À «Gazeta de Macau» sucedeu ainda a «Chronica de Macau» (1834-1836), uma folha quinzenal de que saíram apenas 45 números.

Entretanto iniciava-se uma publicação oficial: o «Boletim Oficial do Governo de Macau» (1838-1839), que só foi recommençado em 1846 e tomando vários títulos como «Boletim do Governo da Província de Macau, Timor e Solor», «Boletim do Governo de Macau», «Boletim do Governo da Província de Macau e Timor», «Boletim do Governo de Macau e Timor», «Boletim da Província de Macau e Timor» até à designação corrente de «Boletim Oficial». Um dos seus mais notáveis redactores, de que adiante falaremos, foi António Marques Pereira (1860-1862).

Durante o século XIX floresceram vários jornais, muitos dos quais de vida tão efémera que não vale a pena citar os seus nomes. Destacaremos, porém, o «Macaísta Imparcial» (1836-1838); «O Portuguez na China» (1839-1843) e a revista «Ta-ssi-yang-kuo» (1863-1866), redigida principalmente por António Marques Pereira. O título da publicação proveio da saudação que o P.^e Mateus Ricci dirigiu ao imperador Chi-tsung-

hienti, quando, ao visitar Pequim no 38.º ano do 71.º ciclo da cronologia chinesa (1600 da nossa era), lhe perguntou de que país tinha vindo, respondendo ele com estas palavras «Ta-ssi-hang-kuo», ou seja, «Grande Reino do Mar do Oeste».

Ainda no fim do século podemos indicar «O Independente», fundado em 1868, e extinto em 1890, dirigido por José da Silva (1824-1910); «O Oriente», que apareceu em 1869 e durou até 1879, sob a direcção do Dr. Francisco da Silva Magalhães e famoso pelas diatribes contra o Governo e os Jesuítas; o «ECHO Macaense», um semanário de que era director Francisco Hermenegildo Fernandes. Estes jornais, por vezes violentos, foram frequentemente suspensos por ordem do Governo.

Já no actual século devemos assinalar o «Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau», fundado em 1903 pelo bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro, e «Religião e Pátria», iniciado em 1914 e impresso em Hong-Kong, dirigido por José Maria Gonzaga Pereira. Acrescentaremos ainda «O Liberal» (1919-1924), semanário republicano independente; «A Pátria», também semanário (1923-1928); e a «Voz de Macau» (1931-1947), periódico republicano.

Mas, durante este século, o jornal que teve maior projecção foi o «Notícias de Macau» que se propunha «servir os interesses portugueses, levando ao conhecimento de todos o grau de progresso de Macau, colaborar com a administração da Província, frisar todos os esforços louváveis, registar tudo o que de bom aqui se faz e ser um documentário das diversas actividades que tendem a prestigiar o nome português»⁷⁹. O «Notícias de Macau», com uma longa vida, teve o seu

início em 1906 e publicou obras de grande valor por iniciativa do sinólogo Luís Gonzaga Gomes, a que adiante nos referimos, o qual muito contribuiu para a expansão da cultura portuguesa em Macau.

«O Clarim», jornal católico e a «Gazeta Macaense», ambos ainda em publicação, fundaram-se respectivamente em 1943 e e 1963.

IX / OS ESCRITORES DO SÉCULO XIX

Como já observámos, o ensino mantido pelas escolas oficiais no último quartel do século XVIII e na primeira metade do século XIX criou um novo clima cultural em Macau. Nesta época há não só a assinalar as manifestações literárias do professor de Gramática Latina, José Baptista de Miranda e Lima mas ainda muitas outras que se foram acentuando até ao fim do século. Assim, graças a uma obra, publicada em inglês, da autoria do cidadão sueco Dr. Morrison of Ljungstedt, Macau possuiu a sua primeira narrativa histórica, intitulada *Historical Sketch of Portuguese Settlements in China*⁸⁰ que, apesar de conter muitos erros e falsas interpretações, é a mais antiga tentativa de informação sistematizada da presença dos Portugueses em Macau.

É de notar que se refere à educação neste território, no momento em que escrevia, com um certo optimismo. Na escola primária as crianças aprendiam a ler e a escrever, naturalmente em português; numa outra escola, a de Gramática Latina, os alunos seguiam não só a aprendizagem da língua do Lácio mas também se iniciavam na gramática portuguesa. Os frades empregavam as suas horas de ócio ensinando português

e latim. Segundo Ljungstedt todos os rapazes macaenses sabiam, portanto, ler e escrever, ainda que pecando contra as regras da gramática.

Mas o ensino da língua portuguesa ofereceu sempre sérias dificuldades de assimilação. Os alunos entravam nas escolas com conhecimentos muito rudimentares de vocabulário, grande ignorância das regras gramaticais e vícios inveterados de linguagem. Há realmente causas que explicam esta diferença em relação aos alunos que iniciavam a sua vida escolar na Metrópole. Entre elas podem apontar-se o número bem limitado de Europeus, a pequenez do meio, e, o que era mais importante, a influência da língua chinesa, uma língua monossilábica, sem flexões e naturalmente em contraste bem marcado com a construção morfológica e sintáctica da língua portuguesa ⁸¹.

Ainda no século XIX a família Marques Pereira ofereceu um grande contributo para a expansão da cultura portuguesa em Macau. Foi fundador desta dinastia de homens ilustres António Feliciano Marques Pereira, nascido em Lisboa, em 1839, mas residente em Macau desde 1859. Pelo seu casamento com Belarmina Inocência de Miranda ligou-se a uma família macaense. Desempenhou, entre outras funções oficiais, a de redactor do «Boletim de Macau», como já vimos. Foi sobretudo o fundador do semanário em língua portuguesa *Ta-si-yang-kuo* (1863-1866), a que já nos referimos. Notabilizou-se como jornalista, escritor e investigador de mérito. Uma das suas obras mais valiosas é as *Ephemerides Commemorativas da Historia de Macau* (1868), mas publicou igualmente *Esboços e Perfis, colecção de romances e estudos sociais* (1862), *O Padroado Português na China* (1873) e outras obras sobre

administração pública em que interveio como funcionário superior.

Envolvido em questões, aliás muito frequentes em Macau, que se prendiam com a sua honorabilidade, partiu para Lisboa, donde foi nomeado cônsul de Portugal no Sião, Malaca e Singapura e, finalmente, na Índia, onde veio a falecer (1881). No meio macaense desempenhou não só cargos importantes, mas revelou-se ainda como uma figura de prestígio intelectual.

Seu filho, João Feliciano Marques Pereira (1863-1909), nascido em Macau e diplomado pelo Curso Superior de Letras em Lisboa, seguiu as pisadas do pai, continuando a publicação de *Ta-si-yang-kuo*, mas em Lisboa (1899-1903), onde inseriu estudos do maior interesse para a história de Macau, não só da sua autoria mas ainda de um escol de colaboradores como António de Campos Júnior, Monsenhor Sebastião Rodolfo Delgado e outros nomes conhecidos na época, que se ocuparam de problemas ultramarinos, especialmente do Extremo-Oriente. Embora João Feliciano Marques Pereira não tenha editado os seus trabalhos literários em Macau, toda a sua actividade está ligada de tal forma ao território que o podemos considerar como um verdadeiro escritor macaense.

Obras que se prendem com a linguística saíram dos prelos de Macau. Assim, o Padre Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1834) publicou um dicionário chinês-português e outro português-chinês que constituem a primeira realização da sinologia no território ⁸². Era igualmente teólogo, matemático e músico — mas foi sobretudo como profundo conhecedor da língua chinesa que se notabilizou, editando, além dos dicionários, outros manuais didácticos ⁸³.

Ainda que não pertença propriamente à cultura portuguesa mas à língua portuguesa, merece ainda referência no panorama literário de Macau um livro publicado por um diplomata brasileiro, Henrique C. R. Lisboa ⁸⁴, que percorreu o território em 1880. A descrição da cidade é marcada num estilo colorido: «Carros antiquados, cadeirinhas e pedestres cruzam-se constantemente». E paravam, de quando em quando, para trocarem cumprimentos e confidências de amor...

Neste momento — como até certo ponto ainda hoje — as ruas da cidade velha eram escabrosas e cortadas, nalguns pontos, por escadinhas que lembravam as de Lisboa. As casas de construção pouco cuidada abriam-se sobre balcões de madeira; subsistiam mais igrejas e conventos do que nos nossos dias; o clero desfrutava de uma grande influência sobre a população; ouvia-se, de tempos a tempos, o repicar dos sinos dos numerosos templos e o ribombar dos tambores nos quartéis de Macau. Nesta época a cidade conservava todo o pitoresco de uma comunidade luso-chinesa.

X / O ENSINO DAS CONGREGAÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX

Apesar de algumas dissidências, o Seminário de S. José, entregue de novo aos Jesuítas, prosseguia o seu caminho como já vimos ⁸⁵, quando um decreto publicado pelo marquês de Sá da Bandeira (20-XI-1870) veio alterar profundamente o seu funcionamento. Ordenava-se a reorganização do Seminário; criava-se o curso preparatório e o curso eclesiástico e excluía-se do ensino os professores estrangeiros. Esta medida intempestiva causou grande emoção na cidade. O Seminário ficava privado de professores na maior parte das disciplinas: apenas podia reabrir com as aulas de português e de chinês. Os termos de uma representação enviada nestas circunstâncias ao Governador de Macau são bastante expressivos: «O Seminário diocesano a funcionar desde 1862, com grande aproveitamento dos macaenses e com este grande desenvolvimento da instrução, inaugurou-se uma era de felicidade e de esperanças para esta colónia...». Entretanto o Seminário ainda funcionou mais um ano confiado aos Jesuítas. Mas em 1871 aportaram a Macau os novos professores, que eram seculares na sua maioria. Todavia, entre outras disciplinas, que transformavam a antiga casa religiosa

numa espécie de liceu, ministrava-se o ensino de português em duas classes: uma inferior e outra superior. No entanto, por questões internas e por falta de confiança no estabelecimento após a expulsão dos Jesuítas, o ensino começou a decair. Em 1881 o Leal Senado expunha ao rei «que o Seminário de S. José, que, segundo a lei, havia de ser um grande estabelecimento de instrução primária e secundária, está hoje reduzido a uma completa nulidade».

Depois de todas estas atribuições, o bispo Medeiros confiou novamente o Seminário aos Jesuítas (1890). E prosseguiu florescente, como nos tempos anteriores, quando o Governo da República os expulsou (Dec. de 8-X-1910). Como era natural com sacerdotes quase exclusivamente vindos de Portugal, foi muito profícuo o ensino da língua portuguesa neste período. Novamente a saída dos Jesuítas perturbou extraordinariamente a vida da instituição religiosa. O bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro escrevia: «A sua saída deixou enorme lacuna, quer no seminário, quer na diocese, onde trabalhavam como professores e missionários ⁸⁶.

Apesar destes contratempos o Seminário continuava a funcionar sob a superintendência do bispo da diocese e tendo como padroeiro o governo. Não só instruía mas também educava jovens, quer oriundos de Macau, quer das colónias vizinhas, como Timor. Outros provinham da Metrópole e, naturalmente, da China. Nem todos se destinavam ao estado eclesiástico: muitos dedicavam-se a carreiras da burocracia e ao comércio.

Neste momento (1911) o currículo do estabelecimento era muito variado. Funcionavam ali um curso secundário, que correspondia ao curso dos liceus, um curso de inglês comercial, cursos de chinês e, como

seria de esperar, cursos de português. Mas também se ministravam música vocal e instrumental, desenho, natação, e jogos desportivos.

No decorrer do século actual o Seminário prosseguiu a sua acção docente. Em 1924-1925 matricularam-se 535 alunos. Além das disciplinas propriamente eclesiásticas, o ensino em língua portuguesa estava muito bem dotado com Filosofia, Retórica e Literatura Portuguesa ministradas pelo futuro cardeal D. José da Costa Nunes; Humanidades e Latim pelo Pe João Machado de Lima; Português, primeiro e segundo ano e instrução primária complementar, pelo Pe Horácio Pereira da Silva; e ainda um curso de Português para Chineses. Neste momento a língua portuguesa despertava um grande interesse, como se podia ler no relatório do Pe João Machado de Lima, relativo ao ano de 1922-1923: «Maior amor que se vai notando nos portugueses fora de Macau pela língua portuguesa, como se demonstra pelo grande número de alunos que este ano vieram de Hong-Kong, cujos pais recomendavam, em primeiro lugar, o estudo da língua portuguesa e depois da língua inglesa...».

Mas, entre 1930-1939, os Jesuítas voltaram ao Seminário de S. José. A língua portuguesa continuou a ser ministrada em numerosas disciplinas. Todavia, por carência de professores jesuítas, os padres seculares tomaram a direcção do Seminário. O Seminário de S. José, com o seu carácter eclesiástico e profano, foi um dos estabelecimentos de ensino que prestaram mais relevantes serviços aos naturais de Macau. Muitos dos seus alunos habilitaram-se a exercer profissões lucrativas, quer no território, quer em outros países do Extremo-Oriente. A cultura portuguesa, através do

ensino da nossa língua, mereceu sempre a maior atenção dos professores, entre os quais se encontravam literatos distintos. Alguns dos alunos, e até mesmo os da etnia chinesa, falavam o português com a maior correção e elegância ⁸⁷.

Em 1866, além do Seminário, funcionavam apenas dois estabelecimentos de ensino particular: o Colégio da Imaculada Conceição, dirigido por uma irmã de caridade francesa, e a Escola Macaense. Estes estabelecimentos consideravam-se então verdadeiramente insuficientes para a população escolar de Macau ⁸⁸.

Contudo, apesar da proclamação da República e do anticlericalismo dominante, a diocese de Macau constituiu uma exceção, mantendo com o auxílio do Governo congregações religiosas de ambos os sexos. Entre elas citam-se as Canossianas, fundadas em 1873, com um colégio de raparigas portuguesas e chinesas, frequentado (1911) por 220 alunas, e duas escolas com 175 alunas; os Salesianos, desde 1906, com uma escola de artes e ofícios para rapazes chineses; as Franciscanas Missionárias de Maria, com início em 1906, em regime de internato e ministrando o ensino no Colégio de Santa Rosa de Lima. Neste colégio, um dos mais frequentados de Macau, o plano de estudos compreende um curso de instrução primária, um curso de instrução secundária com disciplinas de português, inglês, francês, alemão, música, canto, desenho, pintura, costura, labores, religião, moral, civildade, economia doméstica, higiene e culinária ⁸⁹.

XI / O APOSTOLADO DA INSTRUÇÃO

A exemplo do que aconteceu em Portugal no século XIX e, sobretudo, nos anos seguintes à instauração do Liberalismo, fundaram-se associações filantrópicas, consagradas especialmente ao ensino e, portanto, com influência decisiva na expansão da cultura portuguesa em Macau. Desta maneira a iniciativa particular vinha completar a acção das estâncias oficiais que se mostravam incapazes de prover a todas as necessidades escolares.

De facto, foi em 1871 (17 de Setembro) que se resolveu criar a «Associação Promotora da Instrução dos Macaenses». Desempenhou as funções de primeiro presidente da comissão administrativa o negociante e capitalista macaense Maximiano António dos Remédios (1808-1875) e as de secretário outro ilustre macaense, Pedro Nolasco da Silva (1842-1912) que, mais tarde, desempenhou um papel relevante no desenvolvimento do ensino em Macau. Segundo os estatutos (Portaria n.º 51 de 29-IX-1871) a associação tinha como finalidade essencial fundar e manter uma escola comercial. Todavia, um dos seus primeiros actos foi o de conceder um subsídio ao Colégio de Caridade das Irmãs de S.

Paulo para ministrarem instrução primária, tanto em português como em inglês. Esta última língua passou a ter grande importância devido à vizinhança de Hong-Kong, onde muitos macaenses exerceram a sua actividade.

Porém, como ainda não tivesse sido realizada a função essencial a que se propunha a associação, foram promulgados sucessivamente novos estatutos em 1885 (Portaria n.º 68 de 4 de Setembro) e em 1909 (Portaria de 4 de Dezembro). Nestes últimos lia-se uma disposição que aclarava perfeitamente os intuitos que inspiravam a instituição: «Art.º 2». O fim desta associação é promover, em benefício da sociedade macaense, uma instrução prática adequada às suas necessidades e gratuita para os alunos pobres».

Com este espírito já em 1878 se tinha criado uma escola comercial. Pelo que respeitava à difusão da língua portuguesa em Macau — o ponto de vista que mais nos interessa — na nova escola funcionavam um curso elementar e um curso superior da nossa língua, além de outros cursos de cultura geral e da especialidade.

Contudo, no prosseguimento dos anos a escola passou por várias vicissitudes. Em 1885 a Escola Comercial foi anexada ao Seminário de S. José, que dispunha de um corpo docente de grande capacidade pedagógica. No entanto, os professores do ensino comercial continuavam a ser remunerados pela «Associação Promotora da Instrução dos Macaenses». Como se pretendia imprimir um maior desenvolvimento a este tipo de ensino criou-se um Instituto Comercial, em que, entre outras disciplinas específicas do ramo, a língua pátria tinha um lugar primordial. Funcionou em

anexo ao Liceu Infante D. Henrique, mas foi extinto em 1919.

Entretanto a «Associação Promotora», que não teve intervenção na criação do Instituto, voltou a instituir a escola comercial (1906) que veio a receber o nome do benemérito Pedro Nolasco, ainda hoje mantido. Esta escola, que foi dotada de um magnífico edifício, perfeitamente adaptado ao clima de Macau, no recinto da Praia Grande, foi inserida pelo ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial e, portanto, equiparada aos estabelecimentos oficiais da mesma modalidade que funcionavam em todo o território português (Diploma Legislativo de 23-VI-1952) ⁹⁰.

XII / A ACÇÃO CULTURAL DO LICEU DE MACAU

O Liceu de Macau, ainda inspirado pela formação humanística, que presidiu à fundação dos liceus portugueses nos alvares do liberalismo (1836), foi um estabelecimento escolar que, na esfera do ensino oficial, teve acção preponderante na expansão da cultura portuguesa em Macau. Quer pela constituição do seu currículo, em que predominavam as ciências humanas, quer pelo escol de professores que nele passaram, o Liceu de Macau foi, durante muito tempo, a instituição de ensino de grau mais elevado que funcionou no território.

Como aconteceu em todos os outros estabelecimentos similares do Ultramar português, o liceu foi criado pelo governo central, pelo então ministro da Marinha, Nunes Ferreira, em 1893. No decreto, que então se promulgou, entre outras disposições que interessavam à organização do ensino em Macau, «o Liceu Nacional de Macau» era «equiparado para todos os efeitos, em categoria, aos liceus nacionais do Reino». Foi inaugurado no ano imediato da sua criação, em 28 de Setembro de 1894.

Todavia, os primeiros anos do seu funcionamento foram erichados de dificuldades, umas provenientes da diminuta frequência do estabelecimento, outras provenientes — como sucedia igualmente nos liceus metropolitanos — dos programas não oferecerem condições práticas para o exercício imediato das profissões mais correntes no meio. Portanto, segundo os críticos do Liceu — em Macau sempre se criticaram todas as iniciativas — tornava-se indispensável a criação de escolas profissionais. Mas, como não podia deixar de ser, o Liceu desempenhou um papel importante no aperfeiçoamento da língua portuguesa. Num relatório do reitor (20 de Maio de 1902) escreviam-se estas linhas significativas: «Demais, a influência do Liceu Nacional é palpável e indiscutível quando se compara o nível da sociedade macaense de há dez anos com a de hoje. O *patois* de Macau, de que se fazia uso quase exclusivo no meio das famílias, sofreu um rude golpe com a criação do Liceu; e hoje apontam-se a dedo os rapazes que ainda falam o *patois* cerrado dos outros tempos»⁹¹.

Contudo e, apesar da acção benéfica desta instituição de ensino no meio social de Macau e da elevação da cultura portuguesa, surgiu a intenção de a extinguir nos princípios do actual século, tanto pela sua frequência diminuta, como por não se julgar competente o seu corpo docente. Um outro óbice que se levantava à sua intervenção educativa era o facto de não funcionar o curso complementar em correspondência com os liceus centrais da Metrópole. De resto, o Liceu nutria grandes ambições, como expôs o professor e poeta Camilo Pessanha na comemoração das suas bodas de prata (1919): «O Liceu possuía um núcleo de professores, que com tão sincero entusiasmo, assumiram a pesada tarefa

de nivelar, até onde lhe fosse possível conseguir, a mentalidade da população portuguesa da Metrópole com a do Extremo-Oriente».

Uma corporação docente, como aquela que possuía o Liceu Nacional Infante D. Henrique — assim denominado — tomara ainda outras iniciativas de contribuir para o desenvolvimento cultural de Macau. Dois professores, os drs. Humberto de Avelar e Telo de Azevedo Gomes, idealizaram a fundação de um Instituto Cultural de Macau, que não conseguiu vingar naquela época (1920). Só agora (1982) a instauração do Instituto Cultural de Macau correspondeu àquela generosa iniciativa lançada quarenta anos antes. Mas o Dr. Telo de Azevedo iniciou a publicação dos *Arquivos de Macau* (Portaria n.º 268 de 27 de Abril de 1929), valiosa revista de documentação histórica, que, apesar de várias interrupções, chegou até aos nossos dias.

Como em tantos outros estabelecimentos de ensino liceal ali se editou um jornal, *A Academia*, de que saíram dez números. Nela colaborou o grande romancista Joaquim Paço d'Arcos, aluno do Liceu, e o seu irmão Anrique, delicado poeta, dos quais falaremos adiante. Outra iniciativa, que demonstra o interesse dos governos de Macau pelo aprendizado da língua portuguesa, foi a da instituição de um prémio pecuniário pelo coronel Tamagnini Barbosa, Governador de Macau, ao tempo de cinquenta patacas, para o aluno que obtivesse nota mais elevada em português.

XIII / A ARQUITECTURA
PORTUGUESA
EM MACAU

Segundo a análise de um crítico de arte chinês ⁹², na evolução arquitectónica de Macau podem distinguir-se os seguintes períodos:

1.º — Antes de 1557, data da chegada dos Portugueses, não há evidentemente influência portuguesa nos raros edifícios — templos — que restam dessa época;

2.º — De 1557 a 1700, é predominante a sugestão da arquitectura portuguesa nos edifícios, igrejas, fortalezas e outras construções que chegaram até aos nossos dias;

3.º — De 1700 a 1900. Aquele ano marca o início de uma intervenção mais premente da arquitectura chinesa nas construções macaenses, criando-se um estilo híbrido em que se manifestam concomitantemente as influências ocidentais e orientais;

4.º — De 1900 ao nosso tempo começa a desvanecer-se a arquitectura característica de Macau

com a introdução de edifícios em cimento armado em que avultam os arranha-céus. Esta tendência tem-se acentuado nos últimos anos de tal forma que começam a ficar submergidas as construções que imprimiam à cidade uma verdadeira fisionomia luso-chinesa.

Quanto à arquitectura macaense anterior ao estabelecimento dos Portugueses, o modelo ainda conservado é o templo de *Amá* a que já nos referimos na introdução deste livro ⁹³.

No segundo período são naturalmente os Portugueses residentes que pretendem erguer as suas casas, segundo o estilo tradicional no país. Porém, como os construtores já eram chineses, a sua influência nota-se na estrutura do telhado e nos motivos de decoração. Ora foi neste período que se edificou a maior parte das igrejas de Macau, mantidas na sua forma original, sem alterações significativas. Nelas, particularmente em S. Paulo, S. Domingos, Sto. Agostinho e S. Lourenço, predominam as fachadas ondulantes do estilo barroco, com maior ou menor simplicidade. Havia, não há muitos anos, residências e palacetes deste período que estão hoje em vias de desaparecimento.

No terceiro período, a partir de 1700 até ao final do século passado, surgiu um estilo especial de arquitectura em que se combinam as características portuguesas e chinesas. Nas ruas centrais de Macau e mesmo nas ruas periféricas subsistem ainda numerosas moradias cujas plantas são tipicamente chinesas. No entanto, as fachadas, com todas as suas aberturas de varandas e balcões, revelam o talhe ocidental, tanto no desenho como na construção. Algumas vezes o edificio obedece a uma feição arquitectónica ocidental, enquanto o

jardim que o rodeia é caracteristicamente chinês. Finalmente, com o advento do século XX e, principalmente após a segunda guerra mundial, desapareceram as mútuas influências dos dois géneros de arquitectura. Macau está sofrendo uma grande transformação no seu património artístico, apesar das tentativas oficiais para conservar a sua originalidade de cidade mediterrânica nos trópicos.

No entanto, no século XIX floresceu um arquitecto, José Tomaz de Aquino (1804-1852), que imprimiu em todos os seus projectos o gosto clássico. Nasceu em Macau e frequentou o Real Colégio de S. José. Continuou os seus estudos em Lisboa, num Colégio denominado Luso-Britânico, situado na calçada de Sant'Ana. Aí se diplomou em matemática, desenho e comércio. De facto, seu pai destinava-o à carreira comercial, mas, por uma vocação de autodidacta, consagrou-se à arquitectura. Assim concebeu na cidade os projectos de vários edifícios. Todavia, a sua obra mais notável é a da remodelação da Sé Catedral cuja construção dirigiu de 1846 a 1850, em estilo renascentista, com um interior assente sobre pilastras e um amplo altar-mor de feição igualmente clássica.

Escrevia-se então em Macau no «Boletim do Governo da Província» que a Sé, logo que se «entregou à direcção do Sr. José Tomaz de Aquino, cujo bom gosto e inteligência na arte é assaz comprovada pela elegância e formosura do edifício, saiu talvez um dos melhores de toda a Ásia Portuguesa, senão na sua beleza e graciosa proporção de todas as suas partes»⁹⁴. Não é hoje a nossa opinião. A Sé, apesar da sua amplidão, construída numa só nave, é um templo frio, sem elegância e sem elevação espiritual. Tanto no interior

como no exterior nada a impõe pelo seu carácter arquitectónico.

XIV / MACAU
E A LITERATURA PORTUGUESA
NO SÉCULO XX

Dois notáveis escritores da literatura portuguesa contemporânea residiram em Macau nos fins do século XIX e princípios do actual século e, de certo modo, contribuíram para a irradiação da nossa cultura no território pela influência que exerceram na sua vida literária: Venceslau de Moraes (1854-1929) e Camilo Pessanha (1867-1926).

Se a passagem por Macau do primeiro destes escritores foi demasiadamente curta, a do segundo foi assás longa e marcou um sulco profundo na cultura portuguesa daquele território. De facto, Venceslau de Moraes aportou aqui a 7 de Julho de 1888, na qualidade de oficial da marinha de guerra. Logo no ano seguinte foi encarregado de uma missão ao Japão que mereceu um louvor do governador Custódio Miguel Borja (14-VI-1891) pela eficaz cooperação que prestou ao governo. Depois de exercer várias missões relacionadas com a sua patente militar foi nomeado professor do Seminário de S. José e professor do Liceu. Encarregado novamente de uma missão ao Japão pelo Governador Eduardo Augusto Galhardo sucederam-se as suas

deslocações a este país, onde passou a exercer funções consulares. Como se sabe, apaixonou-se de tal maneira pela alma japonesa que se converteu ao budismo e escreveu as suas melhores obras sobre o Japão. No entanto, iniciou a sua carreira por Macau, deixando a sua estadia bem marcada, embora a vida e a literatura chinesas não o tivessem seduzido como as japonesas. Venceslau de Moraes é o caso excepcional do ocidental perfeitamente identificado com a religião e a cultura orientais.

É no volume *Traços do Extremo Oriente* que Venceslau de Moraes se refere especialmente à civilização chinesa e a Macau. As suas impressões assinalam-se por um penetrante espírito de observação e por um fino recorte literário. Entre os trechos ali insertos citemos «Tsing Ming», a festa dos mortos, que o autor testemunhou em Macau, como a «essência mesmo de todas as suas devoções a respeito dos antepassados». Além de todas as vitualhas, reunidas neste momento nos cemitérios, alude à cerimónia da trasladação dos despojos do morto para a terra em que ele nasceu ⁹⁵. A rua da Felicidade, ainda hoje existente no velho burgo macaense, merece uma descrição pitoresca e colorida, numa época — o fim do século passado — em que os Chineses ainda usavam o tradicional rabicho ⁹⁶. A casa em que habitou em Macau, encravada num bairro tipicamente chinês, também é reconstituída com todos os pormenores de uma habitação de aluguer a que naturalmente faltavam as comodidades e o conforto modernos. Como exilado, tal e qual na esteira de Camilo Pessanha, faltava ali principalmente «a felicidade, o bem inefável, que não se aluga, que não se compra, que desce do céu, quando desce...» ⁹⁷.

Nos «tankás e marinheiros» descrevem-se os pequenos barcos, tripulados por chinesas, que serviam para transportar para terra os oficiais e marinheiros dos navios de guerra então surtos no porto de Macau ⁹⁸. Na «História do pequeno Afab» é uma tromba de água que serve de fundo à narrativa — cataclismo que caiu sobre Macau, causando devastação e vítimas. Para os Chineses não se tratava de um fenómeno atmosférico mas da fúria do dragão *Long* que passara ⁹⁹. Venceslau de Moraes observava, com razão, que a arquitectura dos Chineses não era levada a arrojados monumentais. Nos templos repetia-se a forma primitiva da tenda nómada assente em quatro bambus. Mas esta arte completava-se num ambiente em que se realçavam sempre as belezas naturais ¹⁰⁰. Finalmente, as impressões da China começaram a cansá-lo. O que ao princípio tanto o interessava ia-se «diluindo numa nebulosidade neutra de tédio». Era já o Japão, com a sua paisagem, a sua cultura e a sua vida social, que o começava a atrair...

Muito diferente é o caso de Camilo Pessanha, que viveu a maior parte da sua existência em Macau, onde chegou em 1894. Nomeado professor do Liceu começou por reger a disciplina de Filosofia. Passados quatro anos deixa de exercer funções magistrais para tomar posse de conservador do registo predial (1899) mas ainda lecciona a cadeira de Direito Comercial e Economia Política no curso comercial. Mais tarde, volta ao Liceu (1914) para desempenhar o cargo de professor das disciplinas do primeiro grupo (Português e Latim). No ano seguinte pede a exoneração destas funções e as de conservador do registo predial para regressar novamente ao ensino e dedicar-se à advocacia. Tal é a

carreira pública um tanto acidentada de Camilo Pessanha ¹⁰¹.

A vida do poeta em Macau não se assinalou por um porte exemplar. Tornou-se um fumador inveterado de ópio. A casa em que vivia, nas imediações do Hotel da Boa Vista, tresandava a imundície e a desleixo. Nunca comparecia às horas marcadas, tanto no Liceu como nas suas funções judiciais. Tomou como companheira uma chinesa, cujo filho abandonou. Os Chineses, que o consideravam uma figura estranha, apelidaram-no de «pun-tiu-yan-mean», isto é, o «morto-vivo».

Todavia, Pessanha é o exemplo do Português que, embora cultivando com o maior requinte literário a língua portuguesa, como o provam os poemas de *Clepsydra*, cuja primeira edição publicada em Lisboa é datada de 1920, deixou-se igualmente seduzir pela civilização chinesa. Aprendeu a língua e procurou estudá-la conscienciosamente. Porém, as suas impressões sobre a China nem sempre foram muito favoráveis. No longo prefácio que escreveu para o livro de J. António Filipe de Moraes Palha, *Esboço Crítico da Civilização Chinesa* ¹⁰² insurge-se contra as práticas judiciais das autoridades e, sobretudo, contra as crueldades com que eram castigados os culpados. Presenciou em Cantão a cena abjecta de um ladrão punido com açoites pelas ruas, num cortejo anunciado por um *tantan*. Os contrastes da sociedade chinesa, entre uma opulência faustosa e uma miséria andrajosa, merecem a sua reprovação na época em que escrevia. Mas encarece outras virtudes do povo chinês nestas palavras repassadas de sinceridade: «Quando me lembro que toda essa gente, em compensação das tristes qualidades negativas do seu trabalho, é sóbria,

económica, sofredora, pacífica, respeitadora das leis, obediente à autoridade, persistente nos seus projectos e infatigável no trabalho, vencendo as mais descoroçadas dificuldades à custa de paciência, tenacidade e esforço»¹⁰³.

Tanto a literatura como a arte chinesa merecem a Camilo Pessanha rasgados encómios. A primeira, segundo o seu juízo, destacava-se pela antiguidade e pela originalidade; quanto à segunda, observa que a vida chinesa é mais penetrada de senso artístico do que a nossa, embora seja mais uma manifestação colectiva que obedece a regras uniformes do que a revelação de génios individuais, como no Ocidente. Nela se destacam «a vivacidade da imaginação, a perspicácia da intuição do pitoresco, o equilibrado sentimento da composição»¹⁰⁴. De resto, Pessanha formou uma colecção de arte chinesa que legou ao Museu Machado de Castro, em Coimbra.

Verteu para língua portuguesa, numa flagrante sugestão de orientalismo, «oito elegias chinesas»¹⁰⁵. São traduções de clássicos de que o autor apreendeu todas as subtilezas e todo o conteúdo estético. Vejamos, como exemplo, esta delicada composição:

Em U-Ch'Ang
Em Hsian-Hsiang é já quase outono
Embora não caia ainda a folha nos jardins de Tung-Ting
É noite, e da minha mansarda oiço chover,
Sozinho na cidade de U'Ch'Ang.

E lembram-se a amoreira e a catalpa da casa paterna
Vá entender alguém a grulhada dos gansos,
O festivo alvoroço com que emigram¹⁰⁶.

Todas as estrofes são animadas por um sopro de inspiração em que se canta a solidão, a saudade do país no exílio, a tristeza do Outono comparada com a da natureza humana, as moitas de bambus sempre tão celebradas na China, as orquídeas...

Ao contrário do que seria de esperar, na *Clepsydra*¹⁰⁷, livro em que se reúnem quase todas as poesias conhecidas de Camilo Pessanha, só muito episodicamente se contém sugestões orientais. Parece que o exotismo do meio em que mergulhou profundamente não tocou a sua sensibilidade poética.

A inscrição com que abre a *Clepsydra* é o brado de um exilado:

Eu vi a luz em um país perdido
A minha alma é lânguida e inerte.
Oh! Quem pudesse deslizar sem ruído!
No chão sumir-se, como faz um verme.

Por outro lado, Portugal era «torrão da sua saudade, só a sua alma pertencia», mas os ossos pertenciam «por um destino invencível e absurdo ao chão antipático do exílio»¹⁰⁸. Segundo um dos seus críticos, o orientalismo exerceu-se mais na atitude psíquica do poeta do que nas suas manifestações literárias. Era um «sentimento premonitório» que o fadava para interpretar a poesia simbolista, a nova mensagem do lirismo português que ele soube cultivar com a mais extraordinária elevação.

Só uma vez ou outra surge na *Clepsydra* uma nota chinesa:

Como os ébrios Chineses, delirantes
Respiram a dormir, o fumo quieto,
Que o seu longo cachimbo predilecto
No ambiente espalhava pouco antes

E também na «Viola Chinesa»:

Ao longo da viola morosa
Vai adormecendo a perlenda
Sem que amadornado eu atenda
A leiga-leiga fastidiosa.

Uma outra poesia, posterior à *Clepsydra*, foi escrita em Macau e já pronunciava a morte do poeta:

Ó morte vem depressa,
Acorda, vem depressa,
Acode-me depressa,
Vem-me enxugar o suor
Que o estertor começa.
É cumprir a promessa...
Tudo vermelho em flor.

A poesia «São Gabriel», escrita em Macau, pode evocar uma cena de calma nos mares da China:

Inútil! Calmaria? Já colheram
As velas. As bandeiras sossegaram
Que tão altas nos topos tremularam,
— Gaivotas que a voar desfaleceram

Pararam de remar! Emudeceram!
(Velhos ritmos que as ondas embalarão)
Que ciladas que os ventos nos armaram!
A que foi que tão longe nos trouxeram?

Os irmãos Paço d'Arcos — Pedro, Anrique e Joaquim — embora pertencendo a uma família metropolitana estão, até certo ponto, ligados ao meio macaense e, portanto, à ressonância da cultura portuguesa em Macau. Filhos de Henrique Correia da

Silva (Paço d’Arcos), capitão-tenente da marinha nacional, que foi governador de Macau (1918-1923). Pedro, frequentando o Liceu, editou um jornal, *A Academia*, em que também colaborou seu irmão Joaquim (1908-1979), o notável romancista português deste século. Macau sugestionou profundamente Joaquim Paço d’Arcos que se lhe refere em dois dos seus livros em prosa, *Amores e Viagens de Pedro Manuel* e *Navio dos Mortos e outras Novelas*. No primeiro alude o autor a uma personagem misteriosa, que encontrou no *ferry boat* da carreira de Cantão, um certo Lau Pac, chefe da polícia secreta de Macau que era, ao mesmo tempo, capitão de piratas nos mares da China ¹⁰⁹. Na última obra narra-nos a história de uma filha de Siu-Chan, chinês residente em Macau e enriquecido como armador de um navio que transportava cadáveres de chineses falecidos no estrangeiro para as terras da sua origem, donde a designação da novela *O Navio dos Mortos* ¹¹⁰. Uma filha deste multimilionário casou com um filho do Dr. Hu, professor universitário na China e investigador. Tinham-se conhecido nos Estados Unidos, onde se diplomaram. Vivendo, porém, em Londres, o jovem, que se tinha convertido ao comunismo, assassinou a mulher porque não admitia que ela fosse herdeira de uma fortuna fabulosa. Condenado pela justiça inglesa, morreu na forca. Mas os féretros dos dois reuniram-se no mesmo navio que os transportou à China. Tal é a narrativa impressionante de *O Navio dos Mortos* em que Paço d’Arcos, além de vincar o dramatismo das situações, revela o conhecimento da mentalidade chinesa e das circunstâncias pontuais da sua evolução.

Álvaro Dória, autor de uma biografia de Paço d’Arcos, escreve a propósito da influência que ele

recebeu de Macau: «Macau, depois da África, foi o ponto da terra que mais fundamentalmente impressionou a alma sensível do rapaz que caminhava na vida com o olhar já atento aos mistérios do Mundo e, mais tarde, ao mistério do Homem»¹¹¹. Como acima vimos, foi nesta cidade que se lhe despertou a vocação literária. E nas suas leituras recebeu a sugestão dos escritores do Extremo-Oriente como Loti, Lafcadio Hearn e Venceslau de Moraes. Segundo escreve: «Demandedei Macau numa noite de tufão». E as suas primeiras impressões não foram muito agradáveis: «O burgo português deu-me o aspecto de vitória de província, transplantada para aquele sol ardente, eliminador de vontades e de energias. Nem as colinas viçosas, nem as estradas serpenteando à beira-mar, nem as sombras seculares das árvores que abrigaram Camões me reconciliaram com o forçado degredo». Nos *Poemas Imperfeitos* afloram novamente as imagens de Macau em duas poesias, «Medo» e «Foi numa terra distante, na costa da China»:

Medo, não é o temor dos piratas do Rio de Oeste
Nem dos tufões do mar

Não é o receio dos tiros pela noite,
No rio povoado de lorchas e traições;
Nem o susto dos enforcados,
Ao luar branco,
No mangal de areia preta

E o segundo poema:

Teus olhos cinzentos, teus olhos castanhos,
Teus olhos negros, azuis, esverdeados,
De que cor? Meu Deus! —

Teus olhos fitaram os meus.
Foi numa terra distante na costa da China.
Não fixei a cor dos teus olhos,
Nem a dos teus cabelos;
Mas os anos passaram e não esqueci teus olhos;
Nem teus cabelos
.....
Não esqueci os gritos das mulheres . . .
Nos sanpans atracados,
O chapinhar da água lodosa na baixa-mar,
O ruído das pedras do mah-jong,
Aquele baralhar contínuo
Por detrás das persianas cerradas,
Ao longo do nosso caminho!
Foi numa cidade remota da costa da China
Que é feito de ti?

O próprio autor refere-se nos seguintes termos (em *Memórias da Minha Vida e do meu Tempo*, I, p. 247) à sua actividades literária em Macau: «Mas, embora algumas dessas minhas novelas devam o que de melhor têm às minhas recordações do Extremo-Oriente, eu era ainda muito moço e não tinha o espírito amadurecido para as impressões que geram as grandes construções romanescas. Foi nos livros de Pearl Buck que vim a encontrar, mais tarde, o quadro perfeito da China que conhecera em *Les Conquérants* e na *Condition Humaine*, de Malraux, a crónica daquela época de que fui testemunha».

Nas primeiras décadas deste século outros escritores acentuaram o predomínio da cultura portuguesa em Macau. Entre eles devemos destacar a personalidade de Manuel da Silva Mendes (1876-1932) que se notabilizou no magistério como professor e reitor do Liceu Nacional Infante D. Henrique, na advocacia e, sobretudo, como coleccionador e crítico da arte chinesa.

Embora não nos legasse uma obra volumosa, colaborou em vários jornais que se publicavam no seu tempo como «A Vida Nova», «Progresso», «Pátria», «Jornal de Macau» e em revistas como «O Oriente» e a «Revista de Macau». A maior parte dos seus escritos, hoje reunidos em três volumes ¹¹², revelam um articulista interessado pela política nacional e internacional, pela administração pública, pela educação, pela religião e pelo urbanismo e, naturalmente, pela arte chinesa de que legou ao Museu Luís de Camões, em Macau, uma preciosa colecção. Silva Mendes, que escrevia numa linguagem simples e fluente, tanto pela sua figura moral como pelas suas predilecções literárias e artísticas, embora completamente desconhecido no nosso país, exerceu uma profunda influência no meio macaense e pode citar-se como um dos mais brilhantes publicistas de língua portuguesa em Macau.

Outro escritor, igualmente desconhecido em Portugal, mas com grande projecção no meio social e cultural de Macau, foi Luís Gonzaga Gomes (1907-1976). Afirmou-se especialmente como sinólogo, procurando estabelecer relações literárias entre as duas comunidades que convivem na cidade do Santo Nome de Deus. Conhecendo profundamente a língua chinesa publicou um *Vocabulário Português-Cantonense* e um *Vocabulário Cantonês-Português*. Além de obras históricas sobre Macau, como *Curiosidades de Macau Antiga* e *Lendas Chinesas de Macau*, deve-se-lhe a tradução em português de muitos textos chineses, como o *Estudo de Mil Caracteres*, *Versos para a Juventude Escolar*, *A Piedade Filial*, *As Quatro Obras* e duma monografia sobre a cidade escrita por Tcheon-u-Lâm-Ian-Kuang-Iam. Elaborou ainda uma bibliografia de todos os títulos sobre Macau.

O seu espólio encontra-se hoje integrado no Arquivo Histórico de Macau.

No actual panorama literário do território não podemos também esquecer a figura do P^e Manuel Teixeira (1912-...). Pode dizer-se que não existe tema da historiografia macaense que não tenha merecido a sua atenção. Na sua bibliografia cita-se mais de uma centena de títulos sobre todos os aspectos da vida eclesiástica, política, social, artística, militar, urbana e educativa, desde a fundação da possessão portuguesa do Extremo-Oriente. Deve-se, sobretudo, ao P^e Manuel Teixeira uma obra de divulgação histórica de indispensável consulta para quem deseje conhecer a evolução do território português em mais de quatro séculos de existência. Pelo seu incansável labor literário, pelo seu conhecimento pormenorizado de todas as instituições do território, por todas as suas actividades tanto eclesiásticas como culturais, o P^e Manuel Teixeira é hoje em Macau uma personalidade de grande relevo e popularidade.

XV / A INFLUÊNCIA
DA CULTURA PORTUGUESA
NA ACTUALIDADE

Na actualidade ainda não se pode afirmar, apesar da nossa presença secular, que a influência da cultura portuguesa seja predominante em Macau. Numa população que orça por 400 000 almas, a língua portuguesa é somente praticada pelos portugueses metropolitanos, pelos macaenses longamente fixados no território e por uma proporção diminuta de chineses. Pode talvez computar-se em cerca de dez milhares de pessoas — não existem estatísticas exactas — os residentes que falam o nosso idioma, ou seja uma percentagem reduzida de 2,5 %. De facto, um português que desembarque inopinadamente em Macau defrontará com sérias dificuldades para se exprimir na sua língua com a população que o rodeia.

Outros muitos aspectos denotam a relativa debilidade da cultura portuguesa em Macau: apenas em duas livrarias da cidade se podem encontrar alguns livros escritos na língua nacional. Todavia, como sinal afirmativo da expansão do nosso idioma, em 1981 apenas se publicavam dois jornais portugueses: «A Gazeta Macaense» e o «Clarim», um bi-semanário

católico. Ora em 1982-1983 a imprensa multiplicou-se com dois novos diários, «Jornal de Macau» e «Correio de Macau» e o semanário de grande formato «A Tribuna de Macau». Por sua vez, o «Clarim» sofreu uma grande transformação em 1983.

Outras publicações de carácter periódico propagam a cultura lusitana, como o *Arquivo de Macau*, a que já nos referimos, o *Boletim do Instituto Luís de Camões* que já atingiu o décimo volume; a revista da Sociedade de Jesus, *Religião e Pátria*, e ainda outras que tiveram vida efémera, como *Oriente* e *Revista de Macau*. Também têm surgido várias tentativas para dotar Macau de institutos cujo principal papel seria o da dinamização da cultura portuguesa. Assim, já em 1963 tinha sido criado o Instituto Luís de Camões cuja principal finalidade seria a de «promover os estudos relativos à acção portuguesa no Extremo-Oriente, em especial no que se refere as relações com os povos e os governos desta área geográfica e à influência neles exercida e reciprocamente a que eles exerceram na cultura e modo de viver dos Portugueses»¹¹³.

Em 1982 entrou em funcionamento o Instituto Cultural de Macau, que tem promovido a realização de conferências, exposições de arte, concertos musicais e outras actividades, nem sempre com plano previamente gizado, mas com uma variedade e um nível que tem atraído as comunidades portuguesas e chinesas residentes em Macau.

Na defesa do património histórico de Macau, não somente como motivo de interesse artístico mas também de atracção turística, já em 1974 tinha sido constituída uma comissão «encarregada de classificar, defender e propor a valorização e a conservação do

património artístico da Província»¹¹⁴. Era presidida pelo então chefe dos Serviços de Instrução e, entre outras pessoas, faziam parte dela o P^e Benjamim Videira Pires, erudito historiador, reitor do Instituto Melchior Carneiro e personalidade de grande relevo em Macau e Luís Gonzaga Gomes, escritor que acima citámos.

Todavia, não há notícia de uma intervenção decisiva da comissão, tanto mais que, dois anos depois, é publicado um decreto-lei que «classifica o património artístico de Macau»¹¹⁵. No preâmbulo deste diploma legal, sob proposta de uma comissão de novo nomeada, registava-se que «a cidade de Macau, ponto de encontro de duas civilizações e culturas, tem características que (...) devem ser preservadas para lhe conservar o carácter que a torna distinta dos agregados populacionais da região do mundo onde se insere». Classificavam-se então, minuciosamente, quer na península de Macau quer nas ilhas de Taipa e Coloane, «os edifícios de interesse histórico», «os conjuntos representativos de antigos povos ou épocas da história de Macau», «os sítios de interesse paisagístico incluindo zonas verdes, conjunto de árvores ou simples árvores isoladas de porte especialmente digno de nota» e ainda «as zonas de interesse arqueológico». Na primeira rubrica incluíam-se principalmente fortalezas, igrejas e templos; na segunda rubrica vários edifícios, palacetes e residências; na terceira rubrica os sítios ainda indemnes da construção urbana; e na última rubrica a estação arqueológica da parte sul da Praia de Hac Sá na ilha de Coloane.

Quanto ao ensino da língua portuguesa a administração tem desenvolvido nos últimos anos um

esforço meritório que, pelas razões apontadas nesta obra, não tem conseguido resultados muito favoráveis. Afirmava-se na «informação» que precedia o *Anuário de Ensino de Macau no ano lectivo de 1939-1940*, que, embora os estudantes saibam teoricamente os programas, quanto ao ensino da língua portuguesa apenas um número insignificante consegue falar português correctamente ¹¹⁶. Por exemplo, em 1963, frequentavam o ensino oficial e oficializado apenas 1842 alunos, isto é, com garantia do aprendizado do português, enquanto os alunos do ensino missionário subiam a 20 560, em que a nossa língua só acidentalmente era ministrada. Porém os alunos das escolas chinesas contavam 36 719 alunos! ¹¹⁷ Já, porém, em 1944 tinha-se inserido no orçamento de Macau uma verba especial consignada à difusão da língua portuguesa, incluindo prémios a alunos que fizessem exame de instrução primária em português. E funcionava um curso nocturno nas escolas primárias oficiais luso-chinesas ¹¹⁸.

Em 1966 foi aprovado um pormenorizado regulamento do Ensino Infantil e do Ensino Primário Luso-Chinês ¹¹⁹, em que se definiam os objectivos que se tinham em vista com esta estrutura escolar: «O ensino primário luso-chinês tem por fim fornecer às crianças chinesas o conhecimento das línguas portuguesa e chinesa, como base necessária para a preparação da vida social ou para o ingresso na 4.^a classe das escolas primárias oficiais, caso o desejem» (Art.º 18). A prova evidente de que os propósitos do legislador não tiveram êxito é que, segundo os dados estatísticos mais recentes (1982-1983), só funcionavam seis escolas primárias luso-chinesas e estas somente frequentadas por 1344 alunos...

Pelos quadros estatísticos de 1979-1980 frequentavam o ensino oficial 2278 alunos e mais 634 nas escolas oficializadas em que o português é a língua veicular da aprendizagem; mas havia então — o que representa um progresso — cinco escolas de difusão da língua portuguesa com uma frequência de 1567 alunos¹²⁰.

No ano lectivo de 1982-1983, segundo os elementos fornecidos pela Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, existiam nove escolas de ensino oficial de português ou oficializado frequentadas por 2553 alunos. Contudo, o ensino particular (incluindo naturalmente o ensino missionário) possuía 124 escolas com 50 546 alunos. Porém, algumas destas escolas (14) são subsidiadas para que seja incluído nos seus programas o ensino do português, que contava uma frequência de 2751 alunos. Há ainda a acrescentar o ensino técnico profissional com duas escolas frequentadas por 182 alunos. Isto é, na melhor das hipóteses, num cômputo total de 54 595 alunos na cidade de Macau e suas dependências, apenas 6800 alunos, ou seja uma percentagem de 12,5 % sobre a população escolar total, se iniciavam na língua portuguesa. Desta maneira, o ensino do português e a sua prática representam apenas uma pequena franja, embora em crescimento, sobre a densidade demográfica, predominantemente chinesa, que ocupa o território.

Depois de várias tentativas malogradas, Macau dispõe finalmente de uma instituição de ensino superior, a Universidade da Ásia Oriental, instalada na ilha da Taipa, sobre uma colina sobranceira à cidade, num terreno de dez hectares generosamente cedido pelo Governo de Macau. Inaugurada no ano lectivo de 1981-

1982 é constituída pela universidade propriamente dita e por dois blocos residenciais, um destinado aos alunos internos e outro ao pessoal docente e administrativo. Ultimamente foi também construído um edifício especialmente apetrechado para a biblioteca escolar.

Só no ano lectivo de 1982-1983 passou a ser incluído no currículo universitário o ensino da língua e da cultura portuguesas, embora com carácter optativo. Nos três anos de duração do denominado «University College» funcionam agora duas cadeiras de aprendizagem prática da nossa língua e uma cadeira de cultura como complemento das duas primeiras. Como se encontra em preparação a criação de um Centro de Estudos Portugueses, é provável que o nosso idioma passe a ser considerado como língua obrigatória, após o inglês, como língua veicular do ensino, e o chinês, a língua falada pelos alunos, na sua maioria de etnia chinesa. O português também é ministrado no «Junior College», que prepara para a entrada na Universidade e no «Continuing College», um curso de extensão universitária, frequentado pelos estudantes de Macau em unidades lectivas de feição utilitária.

NOTAS

- ¹ *Azija sínica e japónica*, obra póstuma e inédita do frade arrábido José de Jesus Maria, pp. 76-77.
- ² Luís Gonzaga Gomes, *Lendas Chinesas de Macau*, pp. 5-6.
- ³ Pe Manuel Teixeira, *Macau através dos Séculos*, p. 5.
- ⁴ Pe Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp. 181-183.
- ⁵ C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macau*, p. 59.
- ⁶ *Ta-ssi-yang-kuo*, vol. II, p. 488.
- ⁷ C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macau*, p. 59.
- ⁸ B. Videira Pires, *O IV Centenário dos Jesuítas em Macau (1564-1964)*, pp. 31-34.
- ⁹ Pe Manuel Teixeira, *op. cit.*, pp. 203-204.
- ¹⁰ C. A. Montalto de Jesus, *op. cit.*, p. 54.
- ¹¹ C. A. Montalto de Jesus, *op. cit.*, pp. 143-146.
- ¹² C. A. Montalto de Jesus, *op. cit.*, p. 315, n.º 2.
- ¹³ Eudoro de Colombar, *Resumo da História de Macau*, p. 18.
- ¹⁴ Pe Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp. 206-207.
- ¹⁵ Andrew Ljungsted, *Esboço Histórico dos Estabelecimentos Portugueses na China*, p. 157.
- ¹⁶ Pe Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp. 211-214.
- ¹⁷ *Id., id.*, pp. 223-226.
- ¹⁸ Fr. de Jesus Gayo, *Ainda sobre a Igreja e o Convento de S. Domingos*, pp. 33 e 125.
- ¹⁹ Pe Manuel Teixeira, *op. cit.*, pp. 296-297.
- ²⁰ C. A. Montalto de Jesus, *op. cit.*, pp. 143-146.
- ²¹ Fr. Jacinto de Madre de Deus, *Vergel de Plantas e Flores da Província da Madre Deus dos Capuchos Reformados*, pp. 122-123.
- ²² Pe Manuel Teixeira, *Macau através dos Séculos*, p. 21.
- ²³ Pe Manuel Teixeira, *Educação em Macau*, p. 210.

- ²⁴ Dr. José Caetano Soares, *Macau e Assistência*, p. 294.
- ²⁵ Pe Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 2.
- ²⁶ V. adiante nesta obra, cap. VII.
- ²⁷ Pe Manuel Teixeira, *Galeria de Macaenses Ilustres*, pp. 22-26, 37-38 e 46.
- ²⁸ Graciete Nogueira Batalha, *Língua de Macau — O que foi e o que é*, p. 6.
- ²⁹ Pe Manuel Teixeira, *Educação em Macau*, pp. 10-14.
- ³⁰ *Id., id.*, pp. 40-43.
- ³¹ Georges le Gentil, *Camoens*, pp. 18-19.
- ³² C. A. Montalto de Jesus, *op. cit.*, p. 36.
- ³³ Pe Manuel Teixeira, *A Gruta de Camões em Macau*, pp. 8, 161.
- ³⁴ Pe Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, p. 119.
- ³⁵ Humberto de Avelar, in *Macau*, pp. 148-153.
- ³⁶ Cit. in Pe Manuel Teixeira, *A Gruta de Camões em Macau*, p. 147.
- ³⁷ Venceslau de Moraes, *A Gruta de Camões*, pp. 9, 15, 16-17.
- ³⁸ Publicado por Fr. Félix Lopes, O. F. M., Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1962.
- ³⁹ C. A. Montalto de Jesus, *op. cit.*, pp. 122-123.
- ⁴⁰ Pe Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, p. 67.
- ⁴¹ Editada pelo Major C. R. Boxer, Macau, 1941.
- ⁴² Ver Pe Manuel Teixeira, *op. cit.*, pp. 83-88.
- ⁴³ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Os Dialectos Portugueses ou Neo-latinos da África, Ásia e América*, por F. Adolfo Coelho, pp. 41-45.
- ⁴⁴ Société de Géographie de Lisbonne, *Sur le Dialecte Portugais de Macau. Exposé d'une Mémoire Destinée à la 10^e Réunion du Congrès International des Orientalistes*.
- ⁴⁵ Cit. in Graciete Nogueira Batalha, *Língua de Macau*, p. 16.
- ⁴⁶ *Archivos e Anais do Extremo Oriente*, Série I, vol. I, 1899; Vol. II, 1900-1901; Série II, vol. III, 1902; Vol. IV, 1903.
- ⁴⁷ Série I, vol. I, pp. 53-66, 121-125, 189-196, 259-263, 458-460, 517-522, 777-786.
- ⁴⁸ Entre eles, *Estado Actual do Dialecto Macaense; Língua de Macau, o que foi, o que é; Glossário do Dialecto Macaense*, Sep. da Revista Portuguesa de Filologia.
- ⁴⁹ *Macau sã assi; Pápiá Cristám de Maacu, Epítome de Gramática Comparada; Poéma di Macau*.
- ⁵⁰ V. neste volume, cap. IV.
- ⁵¹ Graciete Nogueira Batalha, *Língua de Macau. O que foi, o que é*, p. 9.

- ⁵² Graciete Nogueira Batalha, *Glossário do Dialecto Macaense*, pp. 11-12.
- ⁵³ João Feliciano Marques Pereira, revista e volume citados, p. 55.
- ⁵⁴ Para esta enumeração das palavras originárias das línguas orientais socorremo-nos principalmente do *Glossário do Dialecto Macaense*, magnífico trabalho de Graciete Nogueira Batalha, já citado.
- ⁵⁵ Marques Pereira, in *op. cit.*, p. 195. Deriva «cacada», das línguas malaias.
- ⁵⁶ *Idem, idem*, nota 243.
- ⁵⁷ J. F. Marques Pereira, *op. cit.* e vol. citados, p. 784, nota 525.
- ⁵⁸ V. a este respeito Graciete Nogueira Batalha, *op. cit.* e pp. citadas.
- ⁵⁹ José dos Santos Ferreira, *Camões Grândi na Naçám*, pp. 33 e 34.
- ⁶⁰ José dos Santos Ferreira, *Poéma de Macau*, pp. 21-30.
- ⁶¹ *Ta-si-yang-kuo*, vol. I e II, 1.ª série, pp. 190-191.
- ⁶² «Já vem perto».
- ⁶³ «Vamos armar».
- ⁶⁴ «Velas de cera».
- ⁶⁵ «Poder-se-á ver bem».
- ⁶⁶ «Senhores»:
- ⁶⁷ Refere-se ao cantochão.
- ⁶⁸ «Palha».
- ⁶⁹ «Gruta».
- ⁷⁰ «Flores».
- ⁷¹ «Um de cada lado».
- ⁷² «Voando».
- ⁷³ «Que bonita vista que faz».
- ⁷⁴ «De costas bem largas».
- ⁷⁵ «Em que os macacos sobem e descem como se estivessem a jogar o soco».
- ⁷⁶ «Crianças».
- ⁷⁷ «Por todos os lados ouvi chorar».
- ⁷⁸ Gabriel Fernandes, *O Jornalismo em Macau*, p. 8.
- ⁷⁹ Cit. in P^e Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo-Oriente*, «Notícias de Macau», 1965.
- ⁸⁰ Tradução portuguesa em *Impressão Confidencial e Reservada de Documentos respeitantes à Província de Macau e suas dependências*, Macau, 1909.
- ⁸¹ Ljungstedt, *op. cit.*, p. 157.

- ⁸² *Diccionario Portuguez-China, no estilo vulgar mandarim e classico geral*, Macau, 1831; *Diccionario China-Portuguez, no estilo vulgar classico geral*, Macau, 1833.
- ⁸³ Pe Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, pp. 107-108.
- ⁸⁴ *A China e os Chins*, Montevideu, 1888.
- ⁸⁵ V. Cap. II.
- ⁸⁶ Pe Manuel Teixeira, *Educação em Macau*, pp. 227-237.
- ⁸⁷ *Relatório sobre a Diocese de Macau*, por D. João Paulino de Azevedo e Castro, in *Arquivos da Diocese de Macau*, vol. I, pp. 300-318.
- ⁸⁸ *Ta-ssi-yang-keuo*, n.º 27, 5-IV-1866.
- ⁸⁹ Relatório acima citado, pp. 304-305 e 367-370.
- ⁹⁰ Pe Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp. 74-79.
- ⁹¹ V. a este respeito, Pe Manuel Teixeira, *Licen Nacional Infante D. Henrique, Jubileu de Diamante (1894-1969)*.
- ⁹² Wong Shiu Kwan, *Macau architecture and integrate Chinese and Portuguese influence*, Macau, 1970.
- ⁹³ V. Introdução.
- ⁹⁴ Cit. pe Manuel Teixeira, *Galeria de Macaenses Ilustres*, p. 633.
- ⁹⁵ Venceslau de Moraes, *Traços do Extremo Oriente*, Livraria António Maria Pereira, Lisboa, 1895, p. 106.
- ⁹⁶ *Id., id.*, p. 126.
- ⁹⁷ *Id., id.*, pp. 59-69.
- ⁹⁸ Venceslau de Moraes, *op. cit.*, pp. 71-77.
- ⁹⁹ *Id., id.*, pp. 93-103.
- ¹⁰⁰ *Id., id.*, pp. 130-132.
- ¹⁰¹ «Camilo Pessanha em Macau», in *Atlântico*, n.º 2, Lisboa, 1942.
- ¹⁰² Macau, Typografia Mercantil, de N. N. Fernandes e Filhos, 1912.
- ¹⁰³ Camilo Pessanha, *China (Estudos e Traduções)*, p. 42.
- ¹⁰⁴ *Id., id.*, pp. 115-117.
- ¹⁰⁵ *Oito Elegias Chinesas*, tradução e notas, Edições «Descobrimento», Lisboa, 1931.
- ¹⁰⁶ Tradução de A. Hsu-Chen, autor do século XV.
- ¹⁰⁷ *Clepsydra*, Poemas de Camillo Pessanha, Edições Lusitânia, Lisboa, 1920.
- tos Cit. in João Gaspar Simões, *Camilo Pessanha*, p. 68, id. pp. 172-175.
- ¹⁰⁹ Joaquim Paço d'Arcos, *Amores e Viagens de Pedro Manuel*, 4.^a ed., p. 103.
- ¹¹⁰ *O Navio dos Mortos e outras Novelas*, edições Sit, Lisboa, 1952.

- ¹¹¹ Joaquim Paço d'Arcos, *A Obra e Homem*, p. 26.
- ¹¹² *Colectânea de artigos de Manuel da Silva Mendes*, Macau, 1949.
- ¹¹³ *Estatutos do Governo de Macau* de 22-VI-1938, art.º 2.º.
- ¹¹⁴ *Decreto-Lei n.º 46* de 13-XI-1976, B. O. n.º 46.
- ¹¹⁵ *Idem*.
- ¹¹⁶ *Op. cit.*, pp. 3 e 86.
- ¹¹⁷ «Anuário do Ensino, 1963», pp. 324-326.
- ¹¹⁸ «Anuário do Ensino, 1965», pp. 226-227.
- ¹¹⁹ *Diploma Legislativo n.º 1716* de 3-IX-1966. Novamente regulamentado por *Decreto-Lei n.º 22/77/M* de 7-V-1977.
- ¹²⁰ Repartição dos Serviços de Educação, *Anuário do Ensino*, 1979.

ANTOLOGIA
DE AUTORES MACAENSES
E RESIDENTES EM MACAU

A GRUTA DE CAMÕES

«Pedras amontoadas sobre pedras, constituindo um pequeno outeiro eriçado de arestas musgosas; abraçando-se ao granito, estendendo as raízes por entre os negros mamelões, soberbas árvores seculares; tal é o que em Macau se chama a *Gruta de Camões*, e que já de longe se destaca, na aridez quase uniforme da costa, como um grande ramalhete de verdura.

O jardim da *Gruta de Camões* é um dos sítios mais aprazíveis do nosso pequenino domínio do Extremo-Oriente; ao prestígio da sua velha lenda reúne o encanto natural da posição culminante, dos horizontes vastos, da vegetação que aqui encontra asilo, conchegada com as rochas contra a fúria inclemente dos tufões.

Dizem, não sei com que fundamentos históricos, que aqui, sobre estas trilhas sinuosas que circundam os penedos, passou por longas horas a sua melancolia de boémio um pobre procurador dos defuntos e ausentes, ou coisa que o valha, que se chamou Camões.

Acrescentam até que, durante as calmas sufocantes do estio, fugindo sorrateiramente com fastios de mandrião ao desempenho rigoroso do seu empregozinho reles, ele procurava de preferência a sombra fresca de umas três pedras grandes, dispostas naturalmente em forma de gruta; e na gruta recompusera, ligara, completara, um volumoso manuscrito, que mais tarde havia de maravilhar a Europa inteira.

Comemorando o facto, cá está hoje, à entrada da gruta, um bustozinho barato do poeta; pendem festões floridos, que a mão do jardineiro china muito intencionalmente entrelaça, como se estivesse arrebicando algum buda de pagode; e não faltam, sobre lages próximas, sonetos mal feitos, escritos em todas as línguas.

Mas a verdadeira consagração do lugar, a que fala religiosamente o coração de todo o português, que invade as tortuosas veredas do jardim, escusava de dizê-lo, não está no busto de bronze, nem nos festões floridos, nem nos maus sonetos louvaminheiros; não está na vassoura das obras públicas, que diariamente varre para longe, nos caminhos mais frequentados, as folhas secas sacudidas do arvoredado; não está nos vasos chineses com begónias e gerânios, ou com arbustozinhos cortados à tesoura segundo a fantasia indígena; não está no coreto da música; não está nos bancos e mesas de pedra, sob as umbelas de verdura, a lembrarem merendas de peixe frito; não está também no tanquezinho rococó, com rochedos anões cimentados a capricho e peixinhos vermelhos a nadarem.

O que se impõe ao nosso espírito, é a grandeza desta mesma vegetação rude e espontânea, que espadana cheia

de seiva zombando da tesoura dos serviçais; é a face límosa das pedras abruptas, chorando pelas fendas pequenas gotas de água, como lágrimas de saudade; é a solidão das âleas sombreadas, que o acesso pedregoso torna pouco apetecíveis aos passeantes; é o encanto dos panoramas».

VENCESLAU DE MORAIS

A Gruta de Camões

Macau, Imprensa Nacional, 1940, pp. 9-12.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTREMO-ORIENTE

«A mais ingrata disciplina que se obriga a ministrar nas escolas de Macau é, sem dúvida, a do ensino da língua portuguesa.

Defeitos de linguagem vinda de longa data, fazem que a maioria da população portuguesa, natural da Colónia, fale um dialecto que, pela má construção da frase e estranho papear, se torna incompreensível aos metropolitanos e tem sido o maior entrave ao desenvolvimento da língua portuguesa no Extremo-Oriente.

As dificuldades são sempre as mesmas e a resistência passiva dos alunos é de molde a fazer se perca por eles o interesse que seria para desejar por parte daqueles a quem é confiada a sua instrução.

Por mais entusiasmo que aos distintos filólogos despertem as extravagâncias do dialecto macaense, e por mais enternecedor que, para alguns, seja o *pré-histórico* português ainda falado em Malaca, entendemos que, na actual época de progresso e rejuvenescimento da raça, não têm cabimento tais fantasias, por ser natural que

todos os portugueses falem português e não vir a propósito qualquer distinção entre metropolitanos e macaenses, aos quais deve atribuir-se a mesma civilização e os mesmos costumes.

Em Macau, pela sua situação geográfica, só se admitem duas línguas: o português e o chinês. Tudo o que venha a mais, com prejuízo, é inoportuno e só revela atrazo de uma população que se ufana, e com razão, de não ter analfabetos.

Um esforço colectivo é absolutamente necessário para melhor conhecimento da língua pátria, em que os pais de família devem tomar parte activa no auxílio a prestar aos professores, a fim de que uma grande parte dos alunos da instrução primária e até do Liceu não terminem os seus cursos falando e escrevendo mal o português.

O problema do ensino da língua portuguesa, diga-se de passagem, não tem sido tratado com aquele interesse e carinho que seriam para desejar! A brandura dos nossos costumes e a indolência que caracteriza o nosso modo de ser, não permitem, por vezes, a reacção necessária.

No meio chinês de Macau a língua portuguesa é falada, com certo conhecimento, apenas por uma minoria de ex-alunos do Seminário de S. José. Nas escolas que o Governo mantém para a população chinesa da colónia, tem sido insignificante o resultado obtido, pela falta de incentivo despertado nos alunos e outros inconvenientes de fácil reconhecimento.

Nos vários colégios existentes em Macau, que o Estado subsidia ou auxilia por várias formas, não é obrigatório o ensino da língua portuguesa!

E quanto às escolas municipais e outras existentes na Colônia, as deficiências de há muito são notadas e até relatadas por quem de direito. Entre o seu pessoal docente, discente e mormente auxiliar, há quem fale bem e há quem fale mal o português, sendo, assim, o esforço produtivo de uns prejudicado pelo esforço improdutivo dos outros.

A população escolar de Macau aumenta de dia para dia e os resultados obtidos mal compensam o dispêndio mantido com tantos estabelecimentos de ensino. O estudo da língua pátria deve ser obrigatório, pelo menos, em todas as escolas que o Estado subsidia.

Ao Estado Novo tem merecido particular cuidado a instrução pública e as alterações aos regulamentos do ensino sucedem-se na ânsia de se atingir a perfeição. A passagem da instrução do Município para o Estado, é medida acertada cujo alcance se antevê seguro e proveitoso.

Macau é talvez a terra portuguesa onde o ensino é mais difundido e excepção — feita ao Liceu — está mais ao alcance de todas as bolsas. Muitas são as escolas subsidiadas pelo Governo e muito se tem gasto, especialmente, com o ensino da língua portuguesa. Nada, assim, justifica, se fale e escreva tão mal o português.

Em defesa do nosso ponto de vista conhecemos, apenas, duas determinações que muito dignificam quem as promulgou: uma, em que se ordena às repartições públicas que toda a correspondência se faça, somente, em língua portuguesa; e outra, em que se determina que sejam unicamente admitidos ao serviço do Estado indivíduos que saibam português. Estas determinações

deviam ser rigorosamente cumpridas pelo fim nacionalista que visam.

Em patriótico esforço deviam os portugueses do Extremo-Oriente — aqueles que o queiram ser de alma e coração, através de todos os lances e fora de todas as conveniências — procurar falar, primeiro que tudo a sua língua, e depois todas as outras necessárias às suas actividades.

Impõe-se, pois, uma campanha de propaganda a favor da língua portuguesa, como o mais vivo argumento da nossa existência de quatro séculos, por estas paragens.

Os povos só se elevam e perduram pelo seu alto espírito e pelo rasto que deixam das suas características na obra realizada através dos séculos.»

JOSÉ PENAJÓIA
in *Renascimento*
Março, 1943, pp. 361-363.

UMA ESCULTURA NO LEAL SENADO DE MACAU

«Eis-me... diante do baixo-relevo do Leal Senado o qual representa Nossa Senhora de Misericórdia.

Este exemplar de arte pétreia pertenceu primitivamente (segundo afirmam alguns historiadores de Macau) à fachada da capela da Misericórdia, que foi construída pelos Jesuítas, pelo ano de 1590, no mesmo sítio onde se encontra hoje o edifício da sede desta benemérita instituição.

A obra dá que pensar, não pelo granito, que não tenho dúvidas que foi talhado nalguma colina de Macau ou dos seus arredores, mas pela sua execução que me

deixa perplexo, por parecer-me quase impossível que um artista capaz de executar tal obra tivesse abandonado a Europa do seu tempo, florescente em comércio e cheia de actividade em todos os ramos de arte deixando assim o ocidente para vir até Macau, onde ao tempo não deveriam existir possibilidades de exhibir o seu talento artístico, quer devido à falta de material, quer devido à incompreensão da população composta na sua quase totalidade de chineses, indiferentes aos nossos sentimentos, pela diversidade de cultura, e de comerciantes europeus, ávidos só de lucros e de aventuras.

Concluo, portanto, que o artista que soube produzir um tão belo exemplar de escultura, ou devia ter sido um deportado como Camões (o que duvido muito) ou um missionário artista, pois, segundo julgo, muitos vieram nessa época para o Oriente, especializados em todos os ramos de arte.

Ponhamos, porém, de parte tais lucubrações e entremos no campo artístico.

O incógnito artista apresenta-nos uma Virgem Mãe de Deus, bem composta e cheia de religiosidade, inspirando respeito e devoção, contornada de personagens que a adoram e de dois formosos anjos que solevam o seu manto sob o qual a cristandade se sente protegida. O ponto de vista do escultor foi certamente dar maior importância e relevo à figura de Nossa Senhora; e necessário se nos torna frisar que o conseguiu, pois verificamos que, tanto no relevo como no contorno, a figura da Mãe de Deus é grandiosa e domina a cena, enquanto as restantes personagens estão todas subordinadas ao espaço que Ela deixa livre. À primeira vista parece que a Virgem se encontra

solidamente firmada em terra, mas observando com maior atenção nota-se que Ela se encontra a pequena altura do solo, isto é, desceu até nós mas não é terrena, como as outras figuras, excepção feita aos anjos. A modelação é delicada e equilibrada; a expressão da Sua face doce e sublime; as roupagens das figuras bem lançadas e movimentadas. As figuras dos anjos são também bem trabalhadas, e dignas de atenção, pois as suas faces são expressivas e sua movimentação delicada.

No primeiro plano à esquerda do observador, vemos o papa Alexandre VI a quem se deve a aprovação do primeiro estabelecimento de «Santa Casa da Misericórdia» em Portugal, bela figura, digno sucessor de Pedro na Cátedra de Roma.

À direita e ainda no primeiro plano, temos um frade que aparenta ser dominicano o que nos levaria a crer que o referido baixo-relevo tivesse sido mandado executar por frades dominicanos, se não soubéssemos que o monge em questão, representa o confessor da rainha D. Maria II, da ordem da Trindade, chamado Miguel Contreira. A atitude deste religioso revela grande piedade e fervor, próprias características de um confessor; as linhas bem definidas, especialmente, as do rosto; e o que nos faz lembrar o seu inspirado olhar é o semblante visionário desses frades que ainda actualmente se encontram muito frequentemente nas cidades europeias, principalmente nas latinas.

A rainha, que se encontra à direita do monge, no segundo plano, e que foi tratada pelo artista com respeito e com mestria desusada, revela-nos um pormenor interessante, que talvez escape ao olhar dos leigos, isto é: a pessoa que se prestou a servir de modelo para se esculpir a imagem da Nossa Senhora serviu

também para a figura da rainha visto que, analisando o delineamento de ambas as figuras, vemos que são quase idênticas, pois, de resto é coisa muito comum servirem-se os artistas de um só modelo para três ou quatro figuras num mesmo quadro, como acontece, por exemplo, no do Infante, dos Frades e das Relíquias, dos painéis da Veneração de S. Vicente, e no painel do Arcebispo, do pintor português do Século XV, Nuno Gonçalves, que se encontram no «Museu das Janelas Verdes» de Lisboa. Nestes painéis a fisionomia do pintor e do seu irmão, isto é, as duas personagens do extremo esquerdo para quem os observa de alto, encontra-se reproduzida em muitas outras figuras do mesmo quadro.

Tenho a plena convicção de que esse baixo-relevo que mede 1,80 m de altura e 1 m de largura, aproximadamente, não figurava na fachada da já citada Igreja mas que, espoliado de toda a cercadura e decoração, devia ter sido enquadrado por cornijas do mesmo estilo que a fachada, o que nessa época estava muito em uso. Com o tempo e a incúria dos nossos próximos antepassados dispersaram-se as cornijas que enquadravam esta bela obra; e com esta, tantas outras coisas de beleza artística se perderam, pois a mim me disseram, que em Manila, com alguma boa vontade se podia encontrar no lajeado da cidade lajes de pedra com decorações e inscrições em português, que deviam datar do tempo da navegação à vela que se fazia entre as Filipinas e Macau, quando os veleiros que vinham e que houvessem de regressar depois, sem carga ou com pouca carga, costumavam transportar como lastro, pedras para pavimentar as vias públicas dessa cidade. E assim devido à ignorância da gente desse tempo, tal

como a simples pedra quem sabe quantos belos baixos-relevos foram levados, privando a cidade de Santo Nome de Deus de obras que hoje viriam a fornecer material histórico e arqueológico e com as quais se poderia fazer um museu muito mais interessante que o actual de "Camões"».

OSEO ACCONGI
in *Renascimento*
Fevereiro, 1945, pp. 116-119.

A VIDA EM MACAU HÁ CERCA DE CEM ANOS

«Corria, suavemente, o Outono, em Macau, no ano de 1872, e já ninguém se lembrava do susto que alvoroçara a pacífica população citadina, motivado por bruscas sacudidelas acompanhadas de cavo fragor que, no dia 6 de Outubro, por volta das 11.45 horas, abanaram com certa intensidade a cidade. O mês, entretanto, ia já adiantado, e embora, de modo anormal, um calor insuportavelmente atabafante se fazia sentir, longe estava de se supor que um violento tufão, viria, daí a dois anos, desabar com inusitada fúria sobre a linda cidade, deixando-a na mais conflagradora desolação, coberta de escombros, e reduzindo famílias inteiras a completa miséria.

Vivia-se, assim, despreocupadamente, pensando cada um em divertir-se da melhor forma que pudesse, sem precisar de pensar no dia de amanhã, pois o próspero negócio da emigração dava para que toda a gente andasse ocupada e passasse os dias sem problemas económicos que a atribulassem.

Surtos no porto, viam-se três barcos de guerra nacionais, a corveta a vapor «Duque de Palmela», a escuna de guerra «Príncipe Carlos» e o vapor de guerra «Camões», além dos navios mercantes como a galera «Viajante» do comando de Francisco Jerónimo de Mendonça; a barca «Cecília» comandada por H. Mesquita e o brigue «Concórdia». Naves doutras nações demandavam também o nosso porto, como o vapor italiano «Glensannox», o vapor espanhol «Buenaventura», que saíria, no dia 30, com destino a Havana, levando a bordo 864 colonos chineses, a galera da mesma nacionalidade «Alaveza», as barcas francesas «Blanche Marie» e «Veloce», os brigues «Maggie» e «Water Lily» e a galera «Star of China», que navegavam sob bandeira inglesa, a barca da confederação germânica «Vidal» e os vapores de guerra chineses «An-Lan», «Chien-Jui» e «Ngan-Tien».

Evidentemente que, estando o porto tão frequentado, a vida na pequena cidade, que ainda não se tinha expandido para fora das portas do Campo, era intensa, mesmo febril, e o dinheiro, fácil de ganhar, depressa se gastava, perdularizado em frivolidades.

As disponibilidades que abarrotavam os cofres do tesouro público foram, no entanto, bem aproveitadas, pelo inteligente governador, visconde de S. Januário, de nome Januário Correia de Almeida, bacharel formado em Matemática, que chegara a Macau, com o posto de capitão do Estado-Maior, tendo exercido, anteriormente, o cargo de governador-geral da Índia. Assim, grandes melhoramentos se efectuaram, no seu áureo governo, como a construção da estrada da Barra até aos depósitos de lixo que existiam por aquelas bandas, saneando um local que constituía um foco de

infecção, obra dispendiosa, pois muita rocha nos sopés das colinas de Penha e de Barra teve de ser arrebetada para se poder abrir esta via pública; a estrada de D. Maria II; os trabalhos de pesquisa de água com a abertura duma mina na parte posterior do jardim da Flora; a bateria rasante na ponta da praia em S. Francisco; uma nova casa para a guarda principal na Praia Grande (as outras foram construídas no campal das Portas do Cerco, no campo de Santo António, no largo de Matapau e na Flora, respectivamente, as duas primeiras em 1863, e as duas restantes em 1866 e 1869); uma carreira de tiro no campo de Vitória e deu-se começo ao alargamento do aterro marginal do porto interior; à canalização geral das ruas próximas do novo bazar e teatro chinês; à construção de um quartel destinado a uma bateria de artilharia na fortaleza do Monte, ao aterro marginal e construção da muralha da Praia Grande para o lado sul e de muitos outros melhoramentos, mas nenhum sobrelevou ao da construção do hospital que veio a ter o seu nome.

O hospital, cujo projecto se deve ao barão do Cercal, foi construído sob a direcção do capitão Henrique Dias de Carvalho e veio a ser solenemente inaugurado, em 1 de Dezembro desse ano de 1872, com girândolas de foguetes, guarda de honra e discursata, sendo director das Obras Públicas o tenente-coronel de Engenharia Francisco Jerónimo Luna e chefe do Serviço de Saúde, o dr. Lúcio Augusto da Silva. Era uma obra de grande envergadura para a época e de premente necessidade, porquanto, semanas antes, isto é, na noite de 27 para 28 de Outubro, ruíra com assustador estrondo o tecto da igreja de Sto. Agostinho, em cujo convento anexo se encontrava instalado o hospital militar.

Ninguém esperava tal desabamento, porquanto o tecto não denunciava, exteriormente, qualquer sinal de o vigamento interior se encontrar completamente carcomido pela formiga branca. A parede comum à igreja e ao hospital, pôs em perigo, na sua queda, a vida de um enfermo, que se encontrava internado num quarto contíguo, não tendo havido, por sorte, qualquer morte a lamentar. Toda a noite se trabalhou, afanosamente, na colocação de espeques e anteparos para escorar as paredes que ofereciam menos segurança.

Nesse tempo, como não houvesse espectáculos nem diversões nocturnas, onde os endinheirados pudessem passar, despreocupadamente, as suas horas de ócio, quem não ficasse em casa a jogar o bafá, o dominó ou o voltarete, entregava-se à cultura da música, principalmente da arte do canto, ao ensino do qual se dedicava, pacientemente, o maestro italiano Luigi Antenori, que aqui se tinha estabelecido.»

.....

LUÍS GONZAGA GOMES
Páginas da História de Macau
pp. 447-451.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU

«Nas escolas de Macau a matéria mais ingrata de ensinar é a língua portuguesa. Os alunos entram na escola com um conhecimento mui limitado do vocabulário, com grande indisciplina gramatical e eivados de vícios de linguagem, morfológicos e construcionais.

Em Portugal já assim não é; os alunos vêm de casa disciplinados no falar e com um já extenso cabedal de usuais termos. O trabalho do professor, por isso, na metrópole consiste quase somente em corrigir uma ou outra errada locução, em aumentar o conhecimento do vocabulário, em ensinar e fazer compreender as diferentes formas locucionais das mesmas ideias e em provocar o gosto pela leitura da linguagem apurada ou artística.

Em Macau a tarefa do professor é diferente. Tem de começar por demolir e reconstruir ao mesmo tempo; demolir numerosos erros fonéticos, morfológicos e sintáticos; e reconstruir com os materiais são que ficam e com outros que vai fazendo adquirir, o edifício de conhecimentos linguísticos dos alunos.

Várias são as causas determinantes da diferença do conhecimento da língua portuguesa observada entre os alunos da metrópole e da colónia; mas a três se podem reduzir as de inferioridade destes, que são: a insuficiência numérica da população, a estreiteza do meio e a influência da língua chinesa.

Aqui quase que não há intercâmbio social de ideias; a convivência é pouco mais do que familiar. Ora, em toda a parte onde menos a linguagem se exercita é, por ser estreito, fechado, quase uniforme o meio, em família. Quem sente necessidade de conversar, de variar, de ter que dizer e de ouvir, sai de casa, vai para a rua, para os lugares de reunião, para onde haja enfim variada gente.

Ora é precisamente isto o que aqui em muito falta. A terra são, dois palmos; as pessoas conhecidas com as quais se pode conversar são parentes com quem não há que dizer; se não são parentes, têm os mesmos hábitos, fazem as mesmas monótonas cousas; o que uns sabem,

sabem já os outros; por isso e por não encontrarem outra distracção, a toda a hora joga-se «vafá...».

Para se adquirir extenso vocabulário é indispensável que o meio seja complexo: população numerosa, diferentes classes, diferentes profissões, fauna e flora abundantes, conflitos sociais, políticos, artísticos, etc. Sem um meio assim dizem-se sempre as mesmas cousas, não há variedade no falar, não se espevitam ideias, não se variam as formas de linguagem, não se criam locuções novas. Ora Macau sob este ponto de vista é um charco...

A língua chinesa, por outro lado, é para a língua portuguesa um elemento deletério. Língua monossilábica, inflexiva, arrasta para a sua natureza o falar português, idiomáticamente antípoda. Pelo contacto (o que é um facto bem curioso) não sofre o chinês do português; não há exemplos disso; mas sofre muito o português nas suas formas e na sua estrutura com o contacto da língua chinesa. O «patois» macaísta não é senão um português estragado pelo contacto com a língua chinesa.

É facto bem verificado que as crianças não chinesas aprendem com mais facilidade a falar a língua chinesa do que a portuguesa. Não nos parece que este facto, como temos ouvido, tenha explicação no assíduo convívio com amas e criados: em nosso entender, resulta da maior simplicidade de língua chinesa, que as crianças desde a mais tenra idade ouvem simultaneamente com a portuguesa. Língua monossilábica e inflexiva é para a expressão das ideias elementares mais apreensível.

Note-se que a gente de Macau no conhecimento da língua chinesa fica-se nos rudimentos infantis; não

progride na medida da experiência: as formas expressivas de ideias complexas, abstractas, elevadas, ignora-as sempre. O seu chinês é todo terra a terra, como o das crianças; do vocabulário e das formas locucionais sabe só o que há na língua de mais simples e corrente.

Mas este acanhadíssimo saber da língua chinesa é bastante para afectar mui gravemente não só a apreensão das formas de falar portuguesas, como também parece que para adormentar o sentimento estético delas. O «patois» macaísta tende, por influência da língua chinesa, para a inflexão. Nunca chegou a constituir um dialecto, mas, se o houvesse constituído, ter-se-ia no seu desenvolvimento aproximado de um extravagante inflexivismo.

Os erros camptológicos são, por isso, numerosos nos alunos das escolas de Macau — erros que affectam, já se vê, também a sintaxe, e anulam o sentimento estético da língua. A flexão nominal do número, a de mais difícil prolação, é, por essa razão e quando menos necessária à compreensão, a que mais padece; e anos leva o professor com alunos assim viciados a criar neles o hábito de se exprimirem correctamente.

Mais grave, porém, é a ignorância em parte e, simultaneamente, em outra parte o errado conhecimento do emprego das preposições, com que os alunos entram nas escolas. Na língua chinesa, como é sabido, as relações não são indicadas por preposições com a frequência com que o são na língua portuguesa. Até para os próprios chineses uma das maiores dificuldades da língua é o de apreenderem o nexos lógico das partes do discurso. É como que telegráfica a linguagem na sua mais artística estrutura.

O subentendido, a sugestão, está na índole da estética chinesa e coerentemente nas suas formas de expressão. Na pintura, por exemplo, espaços em branco, que na estética europeia não podem ser nada, são na chinesa alguma coisa. O deixar à cogitação alheia o preenchimento de uma ideia é na índole chinesa um princípio positivo.

É, pois, natural que a linguagem chinesa nos seus modos de expressão seja moldada neste princípio, o qual, se a maneira de ser dela rectamente interpretamos, se pode ver em muita parte verificado na frequente ausência de termos de relação, especialmente proposicionais, e também, por vezes, no vago, impreciso, ambíguo uso destes. Na índole desta linguagem educadas as crianças e simultaneamente na tão diferente índole da portuguesa, o resultado não pode deixar de ser o já apontado de indisciplina gramatical e o de incerto, indiferente uso dos aludidos termos, que tanto concorrem para o desembelezamento do «patois» local.

A influência da língua chinesa nesta parte da linguagem portuguesa é a mais deletéria. O uso de impróprios termos flexivos corrige-se com relativa facilidade; é matéria mais exterior, com um tanto de feição decorativa; porém o de errados termos de relação é de correcção difficilima, pois que esta obriga à modificação do modo de ser íntimo do mecanismo da expressão.

A dificuldade avoluma-a ainda o delicado, muitas vezes impreciso, extremamente variável, significado dos termos de relação, originado em todas as línguas românicas pela queda casual e, na língua portuguesa,

mais do que em outras, também a liberdade, que quase toca as raíais da indisciplina, de construção sintática.

O incorrecto emprego das formas reflexas e passivas é outro ponto em que a dicção macaísta se torna reparada. A falta de formas paralelas na língua chinesa e, se não estamos em erro, a maneira simplista por que elas são traduzidas nesta língua arredam as crianças da apreensão dessas complicadas e difíceis formas portuguesas, e levam as a exprimirem-se também com um indisciplinado simplismo que irrita educados ouvidos portugueses, e se apresenta destituído da mais elementar graça.

Corrigir este errado mecanismo da expressão das ideias exige grande experiência e especial tacto; é mais fácil criá-lo do que corrigi-lo. Facilmente a natureza o cria e o torna de automático funcionamento; dificilmente pelo esforço do professor e do aluno é corrigido, e raramente adquire instintivo, automático funcionamento».

MANUEL DA SILVA MENDES
Colectânea de Artigos
vol. II, pp. 71-75.

BIBLIOGRAFIA

Anuário do Ensino, Macau, Imprensa Nacional, 1963, 1965, 1967, 1974, 1977 e 1979.

BATALHA, Graciete Nogueira — *Língua de Macau — O que foi, o que é*, Macau, 1964; *Glossário do Dialecto Macaense*, Separata de «Revista Portuguesa de Filologia», Coimbra, 1977.

Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, vol. LXII, 1964.

BRAGA, José Maria — *A Igreja de S. Domingos e os Dominicanos em Macau*, Orfanato da Imaculada Conceição, Macau, 1939.

BOXER, C. R. — *Ásia Sínica e Japónica, obra póstuma do frade arrábido José de Jesus Maria*.

CASTRO, D. João Paulino de Azevedo e — *Relatório sobre a Diocese de Macau*, in *Arquivo da Diocese de Macau*, Tipografia da Missão do Padroado, Macau, 1970.

COLOMBAN, Eudoro de — *Resumo da História de Macau*, 3.ª ed., Tip. Mandarin, Macau, 1980.

DEUS, Jacinto de — *Vergel das Plantas e das Flores da Província da Madre de Deus dos Capuchos da Índia Oriental*, Officina de Miguel Deslandes, Anno de 1690.

FERNANDES, Gabriel — *O Jornalismo em Macau*, Lisboa, 1888.

- GAYO, Fr. de Jesus — *Ainda sobre a Igreja e o Convento de S. Domingos*, Hong-Kong, 1939.
- GENTIL, Georges le — *Camoens*, Armand Colin, Paris, 1954.
- GOMES, Luís Gonzaga — *Lendas de Macau*, «Notícias de Macau», 1981.
- GONÇALVES, Pe Joaquim Afonso — *Diccionario Portuguez-China no estilo vulgar e mandarim classico geral*, Macau, 1831.
— *Diccionario China-Portuguez no estilo vulgar e mandarim classico geral*, Macau, 1833.
- JESUS, C. A. Montalto de — *Historic Macau*, 2.^a ed., Tipografia Mercantil, Macau, 1926.
- LISBOA, C. R. — *A China e os Chins*, Montevideu, 1888.
- IJUNGSTED, Andrew — *Esboço Historico dos Estabelecimentos Portugueses na China*, trad. port in *Impressão Confidencial e Reservada de Documentos respeitantes à Província de Macau e suas dependencias*, Macau, 1909.
- LOPES, Fr. Félix — *Conquista Espiritual do Oriente*, Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1962.
- MENDES, Manuel da Silva — *Colectânea de Artigos de Manuel da Silva Mendes*, 1949-1950, Macau, 1949.
- MORAIS, Venceslau de — *Traços do Extremo-Oriente*, Livraria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1895.
- OSÓRIO, João de Castro — *Camilo Pessanha em Macau*, in *Atlântico*, n.º 2, Lisboa, 1942.
- PAÇO D'ARCOS, Joaquim — *Amores e Viagens de Pedro Manuel*, novelas, 4.^a ed., Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1945.
— *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, I, Lisboa.
— *O Navio dos Mortos e outras novelas*, edições Sit, Lisboa, 1945.

- PALHA, J. António Filipe de Morais — *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*, Typografia Mercantil, Macau, 1912.
- PESSANHA, Camilo — *China (Estudos e Traduções)*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, MCMXLIV.
 — *Clepsydra, Poemas de Camilo Pessanha*, Edições Lusitânia, Lisboa, 1920.
 — *Oito Elegias Chinesas*, trad. e notas, Edições Descobrimento, Lisboa, 1931.
- PIRES, Benjamim Videira — *O IV Centenário dos Jesuítas em Macau (1564-1964)*, Macau, 1964.
- REGO, Francisco de Carvalho e — *Macau*, 1950.
- SIMÕES, João Gaspar — *Camilo Pessanha, A Obra e o Homem*, Arcádia, Lisboa.
- SOARES, D. José Caetano — *Macau e a Assistência. Ta-si-yang-kuo, Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Portuguez*, 1866.
- TEIXEIRA, P^e Manuel — *A Educação em Macau*, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau, 1982.
 — *Galeria dos Homens Ilustres do Século XIX*, Imprensa Nacional, Macau, 1942.
 — *A Gruta de Camões em Macau*.
 — *Liceu Nacional Infante D. Henrique, Jubileu de Diamante (1894-1969)*, Macau, 1969.
 — *Macau através dos Séculos*, Macau, 1977.
 — *Macau e a sua Diocese*, Tipografia Soi Sang, Macau, 1956-1961.
 — *Vultos Marcantes em Macau*, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau, 1982.
- TRINDADE, Fr. Paulo da — *Conquista Espiritual do Oriente*, Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1962.
- WONG, Shiu Kwan — *Macau Architecture and Integrate Chinese and Portuguese Influence*, Macau, 1970.